



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ – CREA-PA**

**Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea**  
**Órgão Agregador**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

**FECHAMENTO DE GESTÃO (2012 – 2014)**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – Crea-PA**  
**Unidade Jurisdicionada Agregada**

**Belém - PA, 2015.**

**Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea**  
**Órgão Agregador**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

**FECHAMENTO DE GESTÃO (2012 – 2014)**

Relatório de Gestão do exercício de 2014 (Fechamento de Gestão 2012 – 2014) apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – Crea-PA**  
Unidade Jurisdicionada Agregada

**Assessoria da Presidência - Planejamento**  
Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão

**Belém - PA, 2015.**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	6
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE .....	7
1.1. Identificação da unidade jurisdicionada .....	7
1.2. Normas relacionadas à unidade jurisdicionada agregada .....	7
1.3. Finalidades e competências institucionais da entidade jurisdicionada .....	7
1.4. Apresentação do organograma funcional .....	10
1.4.1. Organograma .....	10
1.4.2. Descrição sucinta das competências e atribuições das áreas.....	10
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS .....	19
2.1. Descrição sucinta do planejamento ou plano de ação .....	19
2.2. Ações adotadas para atingir os objetivos estratégicos e resultados alcançados .....	21
2.2.1. Ações e resultados planejados.....	21
2.2.2. Ações e resultados das atividades finalísticas .....	27
2.2.2.1. Formação Profissional .....	29
2.2.2.2. Exercício Profissional.....	29
2.2.2.3. Organização do Sistema .....	31
2.2.2.4. Integração Social e Profissional.....	31
2.2.2.5. Inserção Internacional.....	32
2.2.3. Indicadores .....	32
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	33
3.1. Estrutura de governança da unidade jurisdicionada .....	33
3.2. Atuação do controle interno .....	33
3.3. Sistema de correição .....	34
3.4. Avaliação do funcionamento dos controles internos.....	36
3.5. Relação dos principais dirigentes da unidade jurisdicionada .....	38
3.6. Custo da participação dos membros da Diretoria e conselheiros .....	40
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	41
4.1. Demonstração da receita.....	42
4.1.1. Origem das receitas .....	42
4.1.2. Previsão e arrecadação por natureza da receita .....	42
4.2. Desempenho da execução orçamentária e financeira .....	43
4.2.1. Comparação das despesas entre os três últimos exercícios.....	44
4.2.2. Execução das despesas por natureza e elementos de despesas .....	44
4.2.3. Execução das despesas com contratação e com pessoal .....	45
4.2.4. Demonstração e análise de indicadores de desempenho orçamentário e financeiro ....	46
4.2.5. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	47
4.3. Informação sobre as transferências de recursos .....	47
4.3.1. Visão geral dos instrumentos de transferência de recursos celebrados.....	47
4.3.2. Demonstração das transferências de recursos realizadas no exercício de referência...48	
4.3.3. Demonstração da prestação de contas sobre transferências de recursos realizadas .....	48
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....	50

5.1.	Demonstração da força de trabalho .....	50
5.2.	Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada .....	50
5.3.	Custo de pessoal da unidade jurisdicionada .....	51
5.4.	Qualificação da força de trabalho de acordo com a idade .....	51
5.5.	Qualificação da força de trabalho de acordo com o nível de escolaridade.....	52
5.6.	Demonstração da composição do quadro de estagiários .....	53
5.7.	Processo de ingresso de empregados na unidade jurisdicionada.....	53
5.8.	Demonstração da força de pagamento .....	53
5.9.	Desoneração da folha de pagamento .....	53
5.10.	Demonstração da prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva .....	54
6.	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE .....	55
6.1.	Recomendações do TCU .....	55
6.1.1.	Demonstração das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	55
6.1.2.	Demonstração das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	55
6.2.	Apuração de responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário .....	56
7.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	57
7.1.	Adequação às normas contábeis aplicadas ao setor público.....	57
7.2.	Demonstrações contábeis .....	57
7.3.	Relatório da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis .....	58
8.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	59
8.1.	Canais de comunicação com o cidadão .....	59
8.2.	Cumprimento das normas relativas à acessibilidades.....	60
9.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO .....	61
10.	ANEXOS .....	62

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA AGREGADA.....	7
QUADRO 2 – RELAÇÃO DE GESTORES POR UNIDADE ORGANIZACIONAL .....	18
QUADRO 3 – AÇÕES ADOTADAS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	21
QUADRO 4 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO .....	23
QUADRO 5 – RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO PLENÁRIO .....	27
QUADRO 6 – RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS.....	28
QUADRO 7 – RESUMO DAS ATIVIDADES DOS GRUPOS DE TRABALHO .....	28
QUADRO 8 – RESUMO DOS REGISTROS DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA.....	29
QUADRO 9 – RESUMO DAS ANUIDADES DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA .....	30
QUADRO 10 – RESUMO DA FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL .....	30
QUADRO 11 – RESUMO DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART POR MODALIDADE.....	30
QUADRO 12 – INDICADORES DE GESTÃO.....	32
QUADRO 13 – RELAÇÃO DOS DIRETORES .....	38
QUADRO 14 – COMPOSIÇÃO DOS PLENÁRIO .....	38
QUADRO 15 – DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHEIROS EM ATIVIDADES DA ENTIDADE.....	40
QUADRO 17 – NATUREZA DA RECEITA.....	42
QUADRO 18 – FORMA DE PARTILHA DA RECEITA.....	43
QUADRO 19 – COMPARATIVO DA DESPESA ENTRE OS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS .....	44
QUADRO 20 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR NATUREZA E ELEMENTO DE DESPESA.....	44
QUADRO 21 – DESPESA COM CONTRATAÇÃO E COMPESSOAL .....	45
QUADRO 22 – DEMONSTRATAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO .....	45
QUADRO 23 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	47
QUADRO 24 – VISÃO GERAL DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS CELEBRADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS .....	47
QUADRO 25 – CARACTERIZAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	48
QUADRO 26 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS .....	48
QUADRO 27 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	49
QUADRO 28 – FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	50
QUADRO 29 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO.....	53
QUADRO 30 – CUSTOS DE PESSOAL NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	54

QUADRO 31 – FORÇA DE TRABALHO POR FAIXA ETÁRIA.....	53
QUADRO 32 – FORÇA DE TRABALHO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	52
QUADRO 33 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	53
QUADRO 34 – EMPREGADOS CONTRATADOS E DEMITIDOS NO EXERCÍCIO.....	53
QUADRO 35 – CONTRATOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	53
QUADRO 36 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	54
QUADRO 37 – DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	55
QUADRO 38 – DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	55
QUADRO 39 – APURAÇÃO DE OCORRÊNCIAS DE DANO AO ERÁRIO.....	56

### LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 - Organograma do Crea PA.....</b>	<b>10</b>
---	-----------

### LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - <u>QUADRO 16 – ORIGEM DAS RECEITAS</u> .....	62
ANEXO 2 – RELATÓRIO DA OUVIDORIA 2014	
ANEXO 3 – RELATÓRIO DA CRI 2014	

### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Confea: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

Crea: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

UJ: unidade jurisdicionada

Prodesu: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mutua

## **INTRODUÇÃO**

O CREA-PA no intuito de adaptar seus relatórios ao conteúdo dos relatórios exigidos pelo Tribunal de Contas da União -TCU, na Parte C, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134, de 4 de dezembro de 2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 139, de 24 de setembro de 2014, na Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014 encaminha relatório de gestão em que consta a identificação, as normas e os conteúdos relacionados ao CREA-PA.

# 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE

## 1.1. Identificação da unidade jurisdicionada

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA AGREGADA			
Denominação Completa: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará			
Denominação Abreviada: Crea-PA			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 05.065.511.0001-05	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de Contato: (091) 3219-1115		(091) 8883-4442	(099) 3219-1117
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:presidencia@creapa.com.br">presidencia@creapa.com.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.creapa.org.br">http://www.creapa.org.br</a>			
Endereço Postal: Travessa Doutor Moraes, nº 194, Nazaré – Belém – Pará – Brasil - 66035-080.			

## 1.2. Normas relacionadas à unidade jurisdicionada agregada

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – Crea – PA foi instituído pela Resolução nº 2, de 23 de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de fiscalização da atividade e do exercício profissional da engenharia, agronomia, geologia, geografia, meteorologia, tecnólogos e técnicos dessas categorias, bem como de primeira e segunda instâncias recursais; possui jurisdição no Estado do Pará, tendo seu Regimento sido homologado Decisão Plenária nº PL 0136/2005, do CONFEA, de 29 de abril de 2005.

A Estrutura Básica, de Suporte e a Auxiliar estão estabelecidas no seu Regimento sendo a estrutura auxiliar do Crea PA regulada pelo Plano de Carreira, Cargos e Salários, aprovado pela Decisão de Diretoria nº 019/2006, e revisada através da Decisão de Diretoria nº 053/2010.

## 1.3. Finalidades e competências institucionais da entidade jurisdicionada

A Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, decreta que:

*Art. 33 - Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício de profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.*

*Art. 34 - São atribuições dos Conselhos Regionais:*

*a) elaborar e alterar seu regimento interno, submetendo-o à homologação do Conselho Federal;*

*b) criar as Câmaras especializadas atendendo às condições de maior eficiência da fiscalização estabelecida na presente Lei;*

*c) examinar reclamações e representações acerca de registros;*

*d) julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da presente Lei e do Código de Ética, enviados pelas Câmaras Especializadas;*

*e) julgar, em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;*

*f) organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela presente Lei;*

*g) publicar relatórios de seus trabalhos e relações dos profissionais e firmas registrados;*

*h) examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;*

*i) sugerir ao Conselho Federal medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício das profissões reguladas nesta Lei;*

*j) agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia, nos assuntos relacionados com a presente Lei;*

*k) cumprir e fazer cumprir a presente Lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julguem necessários;*

*l) criar inspetorias e nomear inspetores especiais para maior eficiência da fiscalização;*

*m) deliberar sobre assuntos de interesse geral e administrativos e sobre os casos comuns a duas ou mais especializações profissionais;*

*n) julgar, decidir ou dirimir as questões da atribuição ou competência das Câmaras Especializadas referidas no artigo 45, quando não possuir o Conselho Regional número suficiente de profissionais do mesmo grupo para constituir a respectiva Câmara, como estabelece o artigo 48;*

*o) organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, nos termos desta Lei, se inscrevam para exercer atividades de engenharia, arquitetura ou agronomia, na Região;*

*p) organizar e manter atualizado o registro das entidades de classe referidas no artigo 62 e das escolas e faculdades que, de acordo com esta Lei, devam participar da eleição de representantes destinada a compor o Conselho Regional e o Conselho Federal;*

*q) organizar, regulamentar e manter o registro de projetos e planos a que se refere o artigo 23;*

*r) registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe;*

*s) autorizar o presidente a adquirir, onerar ou, mediante licitação, alienar bens imóveis.*

O Regimento do Crea, aprovado pela PL 0136/2005 do Confea, de 29 de abril de 2005, dispõe que:

*Art. 1º O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará - Crea-PA é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea, com sede e foro na cidade de Belém e jurisdição no Estado do Pará, instituída pela Resolução nº 2, de 23 de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição.*

*Art. 2º No desempenho de sua missão, o Crea é o órgão de fiscalização, de controle, de orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, no território de sua jurisdição.*

*Parágrafo único. O Crea, para cumprimento de sua missão, exerce ações:*

*I – promotora de condição para o exercício, para a fiscalização e para o aprimoramento das atividades profissionais, podendo ser exercida isoladamente ou em conjunto*

*como Confea, com os demais Creas, com as entidades de classe de profissionais e as instituições de ensino nele registradas ou com órgãos públicos de fiscalização;*

*II – normativa, baixando atos administrativos normativos e fixando procedimentos para o cumprimento da legislação referente ao exercício e à fiscalização das profissões, no âmbito de sua competência;*

*III – contenciosa, julgando as demandas instauradas em sua jurisdição;*

*IV – informativa sobre questão de interesse público; e*

*V – administrativa, visando:*

*a) gerir seus recursos e patrimônio; e*

*b) coordenar, supervisionar e controlar suas atividades nos termos da legislação federal, das resoluções, das decisões normativas e das decisões plenárias baixadas pelo Confea.*

*Art. 3º Para o desenvolvimento de suas ações, o Crea é organizado, administrativamente, em estrutura básica, estrutura de suporte e estrutura auxiliar.*

*Art. 4º Compete ao Crea:*

*I - cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, as decisões normativas, as decisões plenárias baixadas pelo Confea, os atos normativos e os atos administrativos baixados pelo Crea;*

*II – apresentar ao Confea proposta de resolução e de decisão normativa;*

*III - baixar atos normativos destinados a detalhar, a especificar e a esclarecer, no âmbito de sua jurisdição, as disposições contidas nas resoluções e nas decisões normativas baixadas pelo Confea;*

*IV – elaborar e alterar seu regimento a ser encaminhado ao Confea para homologação;*

*V – elaborar proposta de renovação do terço de seu Plenário a ser encaminhada ao Confea para aprovação;*

*VI – instituir câmara especializada;*

*VII - instituir grupo de trabalho ou comissão em caráter permanente ou especial;*

*VIII - organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea;*

*IX – instituir inspetoria;*

*X - instituir órgão administrativo de caráter consultivo no âmbito das inspetorias;*

*XI – promover a unidade de ação entre os órgãos que integram o Sistema Confea/Crea;*

*XII - manter intercâmbio com outros Creas, visando à troca de informações sobre seus objetivos com uns e uniformização de procedimentos;*

*XIII – analisar, em primeira instância, defesa de pessoas físicas e jurídicas;*

*XIV – analisar, em segunda instância, recursos de pessoas físicas e jurídicas sobre registros, decisões e penalidades, oriundos das câmaras especializadas;*



*Art. 120. A comissão permanente é o órgão deliberativo da estrutura de suporte que tem por finalidade auxiliar o Plenário do Crea no desenvolvimento de atividades contínuas relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico ou administrativo.*

*Art. 121. São instituídas, no âmbito do Crea, as seguintes comissões permanentes:*

*I - Comissão de Ética Profissional;*

*II - Comissão de Orçamento e Tomada de Contas;*

*III - Comissão de Renovação do Terço;*

*IV - Comissão de Educação;*

*V - Comissão de Estudos e Normas;*

*VI - Comissão de Relações Públicas; e*

*VII - Comissão de Compras.*

*Parágrafo único. O Plenário pode instituir outras comissões permanentes, de modo a atender às suas necessidades.*

*Art. 143. A comissão especial é o órgão que tem por finalidade auxiliar os órgãos da estrutura básica no desenvolvendo de atividades de caráter temporário relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico ou administrativo.*

*Art. 144. São instituídas pelo Plenário do Crea, quando necessário, as seguintes comissões:*

*I – Comissão do Mérito – CM;*

*II – Comissão Eleitoral Regional – CER;*

*III – Comissão de Sindicância e de Inquérito;*

As finalidades e atribuições das unidades organizacionais que compõem o Crea Pa constam do Plano de Carreiras, Cargos e Salários:

*ASSESSORIAS (ASS) – As assessorias têm por finalidade assistir à presidência e às demais unidades do Conselho, quando necessário, nos assuntos de áreas de conhecimentos específicos, emitindo pareceres e prestando esclarecimentos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos dentro da instituição.*

*GABINETE(GAB) – Composto por um funcionário do quadro ou comissionado que terá a função Chefe de Gabinete, além do secretariado, sua função é de auxiliar o presidente na condução das atividades diárias do CREA-PA e na gestão de suas operações e atividades.*

*OUVIDORIA (OUV) - A Ouvidoria atua no pós-atendimento, na mediação de conflitos entre o cidadão e a instituição, procurando personalizar o atendimento ao usuário. Trata, principalmente, de assuntos que possuam a característica de causar transtorno ou dano, inconveniência ou impasse ao órgão ou aos seus dirigentes e servidores e às normas.*

*CONTROLADORIA (CTR) - A Controladoria pode ser definida como ramo da Administração que utiliza primordialmente o controle e o processo de planejamento e orçamento como metodologias no desempenho de suas funções, é considerado um órgão de staff, ou seja de assessoria e consultoria, fora da pirâmide hierárquica da organização.*

*PLANEJAMENTO (PLAN) – Terá a função e responsabilidade de coordenar e acompanhar de forma interativa o planejamento estratégico do CREA-PA, auxiliando na identificação dos problemas e no processo de implantação das mudanças. Dá suporte aos projetos executivos, trabalhando em conjunto com o Coordenador (gestor) de cada Projeto Estratégico, atuando no detalhamento dos projetos executivos (cronograma, orçamento, organização) e subsidiando o acompanhamento dos projetos pelo Grupo Gestor do Plano.*

*NÚCLEO GESTOR (NUG) – Composto pelos Coordenadores de Fiscalização, Atendimento, Administrativo-Financeiro, Superintendente, Controlador e Planejador e pelo Chefe de Gabinete, o grupo terá a responsabilidade de intervir nas desconformidades dos trâmites administrativos através de discussão interdisciplinar com o objetivo de traçar ações de seguimentos para as resoluções mais imediatas sugerindo e encaminhando proposições à Diretoria, assim como propor a criação de grupos de trabalhos, além de avaliar sistematicamente o andamento e os resultados do planejamento estratégico.*

*SUPERINTENDÊNCIA (SUP) – A Superintendência é dirigida por um superintendente para exercer a função de gestor da estrutura auxiliar. O superintendente exerce suas atribuições sob a supervisão da Diretoria, podendo ser exonerado da função pelo Presidente;*

*NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (NTI) – Sua composição é formada por analistas de sistema e demais profissionais da área de informática, o núcleo tem por objetivo o desenvolvimento e manutenção do sistema de informação com base nos objetivos estratégicos do Conselho. Cabe ao Núcleo, o suporte operacional e tecnológico às unidades do CREA-PA, atinentes às questões de informatização de processos, rotinas e serviços.*

*COORDENADORIA TÉCNICA (CTE) – Sua composição é formada por analistas técnicos e pela Gerência de Apoio ao Colegiado, cabe Coordenadoria, a realização de estudos, trabalhos técnicos, suporte às atividades do Colegiado, às Unidades do CREA-PA, bem como o assessoramento direto à Presidência e Diretoria, nos seguintes assuntos.*

*GERÊNCIA DE APOIO AO COLEGIADO (GAC) - Cabe à Gerência de Apoio ao Colegiado, inclusive com a cooperação da Coordenadoria Técnica, o suporte técnico, Gerencial, operacional e administrativo para todas as deliberações e decisões do Plenário, Câmaras e Comissões.*

*COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO (CFI) – O objetivo da Coordenadoria de Fiscalização é verificar o exercício profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, nos seus níveis superior e médio, de forma a assegurar a prestação de serviços técnicos ou execução de obras com participação de profissional habilitado e observância de princípios éticos, econômicos, tecnológicos e ambientais compatíveis com as necessidades da sociedade.*

*GERÊNCIA DE PROCESSOS FÍSICOS (GPF) – Possui a finalidade exclusiva de dar prosseguimento administrativo interno aos processos fiscais gerados na coordenadoria de fiscalização.*

*GERÊNCIA DOS POLOS DE FISCALIZAÇÃO – Com a finalidade de organização e gerenciamento das ações oriundas do planejamento da Coordenadoria de Fiscalização.*

*COORDENADORIA OPERACIONAL (COP) – Sua composição é formada pela Gerência de Registro e Cadastro, Gerência de Relações Institucionais, Seção de Atendimento ao Público e Seção de Documentação, cabe a Coordenadoria, a realização dos serviços de atendimento aos usuários do Sistema CONFEA-CREAs, o cadastramento e a emissão de documentação de registro e cadastro, tanto de pessoa física quanto de pessoas jurídicas, estudos e operacionalização dos serviços disponibilizados pelo CREA-PA.*

*GERÊNCIA DE REGISTRO E CADASTRO (GRC) – Compete a gerência:*

*I. Expedição e controle de registro para habilitação ao exercício profissional, de pessoas físicas e jurídicas, inclusive instituições de ensino superior (inscrição de habilitação, emissão de certidões, expedição e anotação de atribuições em carteiras profissionais), no âmbito das profissões regulamentadas pelo Sistema CONFEA/CREAs;*

*II. instrução e controle de processos administrativos, relacionados à habilitação de profissionais e empresas.*

- III. geração, manutenção e atualização do cadastro de profissionais, empresas, obras e serviços, e ainda das instituições de ensino, de nível médio;*
- IV. controle de visto de profissionais e empresas;*
- V. controle dos profissionais responsáveis técnicos por empresas;*
- VI. manutenção de currículos e históricos dos profissionais;*
- VII. levantamento das inadimplências quanto às anuidades de pessoas físicas e jurídicas e cancelamento por motivo de débitos sucessivos ou encaminhamento à área jurídica;*
- VIII. registro de tabelas de honorários profissionais das diversas categorias existentes no Estado de Mato Grosso.*
- IX. cadastramento de Anotações de Responsabilidade Técnica – ART;*
- X. conferência do preenchimento e adequacidade das atribuições profissionais com as informações consignadas na ART, inclusive procedimentos para a regularização;*
- XI. controle estatístico das atividades exercidas, emissão de relatório de ART's registradas, baixas, certidões, etc.;*
- XII. controle e manutenção de acervo técnico, expedição de Certidões de Registro de Atestados e Contratos de Obras e Serviços;*
- XIII. controle de baixas de ART, quando da conclusão de obras ou serviços, inclusive expedição de certidões ou baixas por distrato de Contrato;*
- XIV. execução de outras atividades correlatas com as atribuições da unidade.*
- XV. promover orientação, cooperação, controle e supervisão dos processos advindos das Inspetorias, sejam de Registros ou de Anotações, com base na legislação (Leis, Resoluções, Decisões Normativas) do Sistema CONFEA/CREAs.*

#### *SEÇÃO DE ATENDIMENTO (SAT)*

- I. Recepção a profissionais, empresas ou qualquer usuário da sociedade, interessado em informações sobre registros, verificações de processos de fiscalização, certidões, acervo técnico, preenchimento de formulários, pedidos de defesa, baixas, vistos, verificação de valores de taxas, regularizações, andamento de processos e outras solicitações, sejam por contato pessoal, telefônico ou eletrônico;*
- II. orientação básica ao cliente sobre os procedimentos técnicos, legais e administrativos internos do CREA-PA, a fim de atender às diversas demandas dos clientes.*
- III. orientação clara e precisa e ainda outros esclarecimentos sobre procedimentos legal, técnico e administrativo do CREA-PA, em relação à demanda específica de cada cliente;*
- IV. recepção e encaminhamento de pessoas a serem atendidas pelas unidades do CREA-PA, por Agente Financeiro ou ainda para tratar de assuntos específicos que não estejam na alçada da Central de Atendimento, tais como: fornecedores, prestadores de serviços, visitantes, imprensa e outros;*
- V. emissão de guias de pagamento de anuidades, boletos para pagamento de ARTs, multas, certidões, inscrições para habilitação e 2ª via de carteira profissional, dentre outros;*
- VI. entrega de documentos a clientes, referente a certidões, vistos, guias, etc., processados e autorizados pelas unidades do CREA-PA, conforme procedimentos legais e operacionais internos específicos;*
- VI. encaminhamento de clientes com denúncias, à Ouvidoria;*

VII. elaboração de relatórios de acompanhamento e controle de Atendimento a Clientes;

VIII. recepção, pré-análise de informações e de dados fornecidos pelo cliente, para fins de pedido de registros, requerimentos, enquadramento ou desenquadramento de profissionais, pagamentos, ressarcimentos, recursos e outros documentos enviados às unidades competentes do CREA-PA;

#### *SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO (SDO)*

I. controle de todos os documentos recebidos e expedidos, no CREA-PA;

II. recepção de documentos destinados à sede do CREA-PA, inclusive das Inspetorias, inerentes ao Sistema CONFEA/CREAs (correspondências, impressos, produtos editoriais, malotes e outros), para triagem, registro e orientação sobre a tramitação interna;

III. distribuição às unidades do CREA-PA dos documentos externos, com registro do autor e data de recebimento;

IV. recepção de documentos, processos, material de divulgação, relatórios e outros, provenientes das diversas unidades do CREA-PA, para classificação, triagem e expedição, via malote, ou serviços de postagem ou outros meios de entrega aos seus destinatários;

V. apoio e suporte às demais unidades do CREA-PA para serviços de etiquetagem, embalagem de documentos, de materiais e de outros compatíveis com os serviços prestados pelo Protocolo Geral;

VI. emissão de orientações ou propostas de atos administrativos que auxiliem as atividades da unidade.

VII. organização, catalogação, tombamento, cadastramento, controle e manutenção do acervo bibliográfico, acervo técnico, periódicos e outros na Biblioteca;

VIII. atendimento a usuários internos e externos, de serviços da Biblioteca e de consultas aos documentos do Arquivo Central;

IX. organização, cadastramento, manutenção e gerenciamento das atividades do Arquivo Central;

X. controle de empréstimos, doações e baixas no acervo bibliográfico ou de documentos técnicos do Arquivo Central.

XI. emissão de orientações ou propostas de atos administrativos que auxiliem as atividades da unidade.

*COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (CRI) - É responsável pela articulação e apoio ao relacionamento do CREA-PA com todos os segmentos externos de interesse institucional. Supervisiona e integra as atividades de relações do Conselho com as demais instituições governamentais, com as organizações dos grandes empreendimentos desenvolvidos no Estado.*

*COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (CAF) – Sua composição é formada pela Gerência de Infraestrutura, Gerência Contábil, Gerência Financeira e Gerência de RH e as Seções de Pessoal; De serviços Gerais e de Suprimentos e Patrimônio.*

*GERÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA (GIE) – É a responsável por todo o apoio logístico e administrativo ao funcionamento do CREA-PA.*

*SEÇÃO DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO (SSP) – Cabe à unidade, a supervisão e acompanhamento das atividades incumbidas, contato com prestadores de serviço bem como a manutenção e atualização de cadastro de fornecedores e de preços.*

*SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS (SSG) - Cabe à Seção:*

*I. – Supervisão e coordenação de serviços prestados por empresas terceirizadas, nas áreas de limpeza, segurança, controle de acesso de pessoas às instalações e outros prestadores de serviços administrativos;*

*II. controle e execução de serviços de Almojarifado (recepção, conferência, organização de estoques de materiais e expedição de material aos requisitantes autorizados);*

*III. controle, manutenção e documentação de veículos do Conselho;*

*IV. controle e execução de serviços de Central Telefônica (PABX);*

*V. controle e execução de serviços externos simples (entrega de documentos, serviços bancários, pequenas compras).*

*VI. controle de movimentação interna de bens móveis e imóveis e termos de responsabilidades;*

*VII. execução de outros serviços de apoio às unidades do CREA-PA, inclusive serviços de reprografia;*

*VIII. emissão de orientações ou propostas de atos administrativos que auxiliem as atividades da unidade.*

*GERÊNCIA CONTABIL (GCO) – Cabe à Gerência, o processamento, lançamento, análise, e conciliações de documentos vinculados aos processos e demonstrativos contábeis.*

*GERÊNCIA FINANCEIRA (GFI) – Cabe à Coordenadoria, a execução de rotinas de sua área de competência, necessárias à cooperação para com as funções de Planejamento, Acompanhamento, Controle e Avaliação de Resultados.*

*GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS (GRH) – Cabe Gerência, a manutenção e execução de processos administrativos e rotinas do Sistema de Gestão de Pessoal quanto às políticas e instrumentos do Subsistema de: Carreiras, Qualificação de Pessoal, Administração Salarial, Planejamento, Acompanhamento, Controle e Avaliação de Resultados.*

*Seção de Pessoal (SPE) – Execução de rotinas específicas pela Gerência de Recursos Humanos, compreendendo:*

*I. rotinas de admissão e demissão de pessoal;*

*II. manutenção e atualização de documentação funcional e informativos a órgãos de fiscalização específicos;*

*III. elaboração de folha de pagamento de salários, férias, 13º salário, cálculo de encargos sociais e outros recolhimentos legais;*

*IV. controle do Quadro de Pessoal (lotacionograma);*

*V. controle e administração de Programas de benefícios;*

*VI. Controle e administração de concessão de diárias a funcionários, inclusive das Inspetorias;*

*VII. levantamento de necessidades, administração e controle de programas de treinamento e qualificação de pessoal;*

*VIII. acompanhamento da legislação trabalhista e orientação sobre a atualização de procedimentos internos, relativos à pessoal;*

*IX. representação do Conselho junto à Justiça Trabalhista e Sindicatos;*

*X. emissão de orientações ou propostas de atos administrativos que auxiliem as atividades da unidade.*

XI. controle e supervisão de procedimentos e rotinas de administração de pessoal, executados nas unidades do CREA-PA, inclusive Inspetorias (controle de frequência, concessão de diárias, férias, benefícios e outros);

XII. acompanhamento e processamento de rotinas de avaliação de desempenho e outros indicadores de desenvolvimento de pessoal, frente aos objetivos e metas estabelecidos.

*COORDENADORIA REGIONAL* – Possui a responsabilidade de gerenciamento estratégico dos trabalhos operacionais desenvolvidos no interior do estado, tendo como foco principal a adoção de políticas administrativas conciliáveis aos demais segmentos do Conselho.

*COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS* – Tem por objetivo a organização e gerenciamentos dos processos licitatórios desde a sua origem até o acompanhamento dos contratos propriamente ditos, contando para isso com uma estrutura funcional cujas funções se distribuem nas responsabilidades do Coordenador, Pregoeiro e gestor de contratos conforme as atividades logo a seguir.

Dentre as atribuições do pregoeiro, destacam-se as citadas no art. 12 do Decreto nº 5450/200:

- I. Coordenar o processo licitatório;
- II. Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- III. Conduzir a sessão pública na internet;
- IV. Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- V. Dirigir a etapa de lances;
- VI. Verificar e julgar as condições de habilitação;
- VII. Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII. Indicar o vencedor do certame;
- IX. Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação”.

Quanto às atribuições não descritas na norma, destacam-se:

- I. Coordenar a Comissão Permanente de Licitação;
- II. Elaborar Edital e Termo de Referência ou Projeto Básico, além de outros anexos, a partir da Estratégia da Contratação;
- III. Manter todas as documentações e processos licitatórios do CREA-PA em ordem para consultas e auditorias (internas e externas);
- IV. Encaminhar aos setores competentes memorando para atualizações de portarias referentes à CPL;
- V. Encaminhar processos à Comissão de Compras para ciência formal dos processos a serem licitados;

- VI. *Encaminhar processos licitatórios ao Presidente para autorizar e homologar;*
- VII. *Coordenar a equipe de CPL para elaboração do edital;*
- VIII. *Encaminhar texto de referencia para publicação no DOU e demais órgãos competentes quando for o caso;*
- IX. *Encaminhar por e-mail texto sobre o certame licitatório ao Setor de informática para disponibilizar no site do Regional;*
- X. *Porta-voz de qualquer comunicação interna e externa do CREA-PA quanto aos assuntos relacionados à Comissão Permanente de Licitação do tipo Pregão Eletrônico.*

*As principais atividades do Gestor de Contratos são as seguintes:*

- I. *Identificar os principais riscos que possam comprometer a contratação;*
- II. *Identificar os principais riscos que possam fazer com que os serviços não atendam à necessidade;*
- III. *Identificar as possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado;*
- IV. *Definir ações a serem tomadas para amenizar ou eliminar eventuais riscos;*
- V. *Definir ações de contingência caso o dano (risco) ocorra;*
- VI. *Definir os responsáveis pelas ações de prevenção dos riscos e dos procedimentos de contingência;*
- VII. *Propor a revisão da Estratégia da Contratação em função da análise de risco;*
- VIII. *Elaborar o plano de inserção da contratada;*
- IX. *Organizar e conduzir a reunião para o início da execução do contrato;*
- X. *Encaminhar as demandas ao preposto da contratada;*
- XI. *Receber os serviços;*
- XII. *Monitorar a execução do contrato;*
- XIII. *Elaborar e registrar o histórico do gerenciamento do contrato;*
- XIV. *Conduzir o encerramento e a transição contratual.*

**QUADRO 2 – RELAÇÃO DOS GESTORES POR UNIDADE ORGANIZACIONAL**

<b>Unidade Organizacional</b>	<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de Designação</b>
Superintendência	Roberto Mira da Silva Puty	Analista Técnico	20/08/2013
Chefia de Gabinete	Andrea Marina Cáceres Brito	Analista Técnico	09/10/2012
Ouvidoria	Emanuel Matos Palheta	Auxiliar Técnico	18/09/2007
Planejamento	Marcos Ferreira Quadros Sholini	Auxiliar Técnico	14/01/2009
Controladoria	Yoná Nazaré de Macedo	Analista	12/06/2006
Assessoria Parlamentar	Franklin Rabelo da Silva	Analista Técnico	29/04/2014
Coordenadoria Administrativa Financeira	Maria do Socorro Rodrigues	Comissionado	05/05/2014
Coordenadoria de Licitações e Contratos	Alexandrina dos Santos Oliveira	Auxiliar Técnico	04/12/2007
Coordenadoria de Relações Institucionais	Marcelo da Silva Pantoja	Analista	17/10/2013
Coordenadoria de Regionais	Glays do Socorro Barbosa	Agente de Fiscalização	17/10/2013
Coordenadoria Operacional	Edilamar do Socorro Santos	Auxiliar Técnico	02/09/2013
Coordenadoria Técnica	Marcel Belini da Silva Costa	Analista Técnico	11/04/2014
Coordenadoria de Fiscalização	Manoel Maria Pereira da Costa	Comissionado	05/05/2014
Coordenadoria Jurídica	Samara Chaar Lima Leite	Comissionado	09/01/2014
Coordenadoria de Tecnologia da Informação	Francisco Souza Soares	Analista	12/06/2008
Gerência de Contábil	Bruna Chaves de Oliveira	Analista	12/06/2008
Gerência Financeira	Rosinete da Silva Ribeiro	Auxiliar Técnico	12/06/2008
Gerência de Recursos Humanos	Suzete de Souza	Comissionado	18/11/2013
Gerência de Infraestrutura	Verena Graziela Margalho	Auxiliar Técnico	02/05/2014
Gerência de Processos de Manutenção	Erick Santa Rosa	Auxiliar Técnico	02/05/2014
Gerência de Registro e Cadastro	Deyze Lucylene de Oliveira	Auxiliar Técnico	02/05/2008
Gerência da Regional Ananindeua	Edilene do Socorro Palheta	Auxiliar Técnico	02/09/2009
Gerência da Regional Parauapebas	Roberto Carlos Santos	Auxiliar Técnico	09/04/2012
Gerência da Regional Marabá	Andrjev Pereira de Souza	Agente de Fiscalização	02/09/2013
Gerência da Regional de Santarém	Eronilda Branches Dezincourt	Auxiliar Técnico	02/09/2013
Gerência de Processos Físicos	Odilon Ribeiro Caldas Junior	Auxiliar Técnico	01/07/2011
Gerência de Polos de Fiscalização	Marllus Souza Pimentel	Agente de Fiscalização	27/02/2013
Gerência de Apoio ao Colegiado	Leonardo Jorge Neves	Auxiliar Técnico	12/06/2008
Chefia da Seção de Pessoal	Odir Santos da Silva	Auxiliar Técnico	02/05/2008
Chefia da Seção de Suprimento e Patrimônio	Luciano de Araújo Souza	Auxiliar Técnico	18/02/2011
Chefia da Seção Serviços Gerais	Haroldo Luis Ferreira	Auxiliar Administrativo	31/10/2008
Chefia da Seção de Documentação	Maria da Conceição Luz Dias	Auxiliar Técnico	12/06/2008
Chefia da Seção de Atendimento	Andrea de Oliveira Negreiros	Auxiliar Técnico	01/11/2012

## 2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 2.1. Descrição sucinta do planejamento ou plano de ação

Para o triênio 2012 – 2014 os trabalhos de planejamento tiveram como base o Plano de Gestão proposto pelo Gestor eleito, formatado para o desenvolvimento das seguintes diretrizes:

1 – Implantar e/ou consolidar programas de modernização administrativa, com ênfase nos setores de informática e atendimento, objetivando a prestação de um serviço de melhor qualidade aos profissionais, empresas e público em geral;

2 – Aprimorar as ações de combate ao exercício ilegal das profissões com a adoção de tecnologia mais atualizada, possibilitando a obtenção de resultados mais eficientes;

3 – Criar a Assessoria Parlamentar e inserir o CREA-PA nas discussões das políticas públicas, contribuindo para um desenvolvimento sustentável do Estado;

4 – Ampliar as ações voltadas à valorização profissional em parceria com as Entidades de Classe, Sindicatos e Instituições de Ensino, na promoção de eventos (cursos, encontros, seminários, etc.); fortalecer as Entidades de Classe e os Sindicatos, apoiando suas iniciativas, sobretudo aquelas voltadas à obtenção de remuneração mais justa e melhores condições de trabalho dos profissionais; estimular a criação de novas entidades de classe de profissionais de níveis médio e superior, na capital e no interior;

5 – Modernizar as Inspetorias, concedendo-lhes infraestrutura e autonomia necessárias ao desempenho de suas atividades e prestação de um serviço de melhor qualidade;

6 – Implantar o CREA JOVEM, como forma de aproximar o CREA-PA dos estudantes da área tecnológica, possibilitando o surgimento de novas lideranças.

Destacado em relatórios anteriores, as ações ora estabelecidas somente iniciaram seus desenvolvimentos a partir do segundo ano de mandato, já que o ano de 2012 destinou-se ao cumprimento de compromissos firmados em consonância ao Plano de Recuperação Financeira no qual o Regional esteve inserido, para o resgate do equilíbrio financeiro.

Também é válido frisar que a revisão do Planejamento Estratégico, que havia sido iniciada em gestão anterior (2011), culminou no Plano de Gestão 2013-2014 (ANEXO), finalizado meados agosto 2013, objetivando ajustar as ações do Conselho ao cumprimento das diretrizes estabelecidas dentro do período de mandato.

Portanto, ratifica-se neste relatório a identidade Institucional até a próxima reformulação estratégica:

**Missão:** *“Habilitar e fiscalizar o exercício profissional regulamentado pelo Sistema Confea/Creas”;*

**Visão:** *“Ser reconhecido pela sociedade como referência na prestação dos seus serviços contribuindo para a excelência do exercício profissional”;*

**Negócio:** *“Registro e Fiscalização do Exercício Profissional, em defesa da sociedade”;*

#### **Valores:**

1. *Ética*
2. *Busca constante da excelência em todas as atividades*
3. *Gestão participativa;*
4. *Criatividade e iniciativa;*

5. *Transparência;*
6. *Valorização profissional;*
7. *Valorização dos colaboradores;*
8. *Comprometimento com a sociedade.*

Para o alcance da visão proposta e cumprimento da missão estabelecida o Regional se apóia nos seguintes objetivos estratégicos:

- a) *Desenvolver um programa de qualificação e capacitação dos colaboradores; (GRH)*
- b) *Padronização de procedimento; (SUP);*
- c) *Suprir as necessidades da área de TI para atender as demandas de mercado; (NTI)*
- d) *Disseminar as ações prioritárias junto aos conselheiros e inspetores; (SUP)*
- e) *Política de reconhecimento e de valorização dos colaboradores; (GRH)*
- f) *Estudo para realocação de mão de obra, para atender as novas demandas em função do desenvolvimento do Estado; (GRH)*
- g) *Controle mais eficaz da fiscalização no estado, através da ART; (CFI)*
- h) *Com a ampliação dos postos de trabalho e a elevada qualificação, logo, remuneração, tornando desnecessária a redução do valor da anuidade; (NRI)*
- i) *Fortalecimento do Sistema através do surgimento de novos empreendimentos na região; (CFI)*
- j) *Utilizar a credibilidade para fortalecimento do sistema evitando assim a fragmentação do Conselho. (SUP)*

Tal processo de reformulação vem ganhando sua formatação final e tem sua prévia aprovação através da portaria nº 260/2013, de 19/08/2013, sendo assim, vem servindo de guia para as ações desenvolvidas pelo Regional, carecendo tão somente da formatação material dos planos de ações de determinados projetos e ações a serem desenvolvidas, implicando certamente em determinadas falhas de medições, mas que não tem prejudicado diretamente o resultado esperado.

Não obstante a todo procedimento de planificação interno, o Regional também esteve alinhado ao Planejamento Estratégico do Confea (Agenda 21), a exemplo dos projetos elaborados mediante Prodesu.

## 2.2. Ações adotadas para atingir os objetivos estratégicos e resultados

A pesar das dificuldades enfrentadas no exercício de 2014, procurou-se direcionar as ações em prol do cumprimento do Plano de Gestão 2013 – 2014, visando ainda o fechamento das ações estabelecidas para o triênio. Sendo assim, na composição do quadro a seguir:

### 2.2.1. Ações e resultados planejados

Situação em 31/12/2014

<b>QUADRO 3 - AÇÕES ADOTADAS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>		
Objetivo	Projeto (se houver)	Ações
Desenvolver um programa de qualificação e capacitação dos colaboradores	Não houve projeto específico formal	Realização de diagnóstico e levantamento de necessidades na área de gestão de pessoas
		Promover a atualização e capacitação do corpo funcional
Padronização de procedimentos	Não houve projeto específico formal	Elaboração de manuais operacionais das Unidades
		Descentralizar atividades operacionais, expandindo o volume de execução de tarefas pelo Regional
		Efetivação da adequação do espaço físico da Sede, objetivando qualificação na distribuição das atividades
Suprir as necessidades da área de TI para atender as demandas de mercado	Não houve projeto específico formal	Realizar a atualização das ferramentas de TI no Regional
		Otimização do sistema corporativo utilizados pelos usuários do Crea-PA
Estudo para realocação de mão de obra, para atender as novas demandas em função do desenvolvimento do Estado	Não houve projeto específico formal	Implementação do processo de mobilidade interna
Controle mais eficaz da fiscalização no estado, através da ART	Não houve projeto específico formal	Modernização das ferramentas de fiscalização
		Incentivar a regularidade de Órgãos Públicos
		Fortalecer a regularização de obras/serviços via ART
Com a ampliação dos postos de trabalho e a elevada qualificação, logo, remuneração, tornando desnecessária a redução do valor da anuidade	Não houve projeto específico formal	Oportunizar maior regularidade dos profissionais e empresas do Sistema, objetivando a inserção no mercado de trabalho
Fortalecimento do Sistema através do surgimento de novos empreendimentos na região	Não houve projeto específico formal	Realizar a aproximação junto aos grandes empreendimentos ativos no estado
Utilizar a credibilidade para fortalecimento do sistema evitando assim a fragmentação do Conselho.	Não houve	Projeto Prodesu - Apoio às Entidades de Classes, visando oportunizar as Entidades a realização de ações que contribuam para o desenvolvimento e fortalecimento da classe profissional.

Fonte: Relatório de ações 2014 - Planejamento

Não foram definidos projetos específicos para o desenvolvimento das ações durante o exercício, porém procurou-se desenvolvê-las com o intuito de se alcançar o máximo possível os objetivos estratégicos propostos.

Ainda, no âmbito da consecução das propostas planejadas para a gestão aqui relatada, a utilização das linhas do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema

Confea/Creas e Mutua – Prodesu foram fundamentais para alicerçar o cumprimento de etapas em que o Regional tenderia a ter dificuldades no desenvolvimento isoladamente:

**a) Re-estabelecimento da capacidade de pagamento e o equilíbrio da relação despesa-receita do Crea-PA – Prodesu IVA 2012:** Resgatou a estabilidade financeira do Regional através de aporte financeiro para pagamento de despesas operacionais, bem como com realização de ações de ajustes na capitação da receitas e redução de despesas;

**b) Modernização de Sistemas de Informação do CREA-PA – Prodesu IID 2012:** Elaboração de projeto para a reformulação do sistema corporativo, bem como do site, incluindo a execução deste último, tornando-o mais comunicativo e usual tanto na alimentação de informações quanto aos acessos;

**c) Treinamento e Capacitação de colaboradores do CREA-PA nas áreas: Licitações e Contratos Administrativos, Controladoria, Contábil Financeira, Patrimônio, Almoxarifado, Desenvolvimento Comportamental, Redação Oficial, Elaboração de Projetos e Captação de Recursos – Prodesu IIC 2012:** Atualizou em torno de 60% funcionários em várias áreas necessárias ao desenvolvimento das atividades generalizadas no Regional, qualificando substancialmente o corpo funcional, dentro de suas limitações geográficas e financeiras;

**d) Realizar treinamentos e capacitações presenciais dos Agentes de Fiscalização e Auxiliares Técnicos – Prodesu IIA 2012:** Realizou a capacitação de todos os colaboradores ligados diretamente à área fim do Conselho Fiscalização, Registro e Cadastro e Atendimento melhorando, conseqüentemente, os serviços prestados e resultados relativos às unidades envolvidas;

**e) Aquisição de: 35 GPS (Especificação mínima: portátil, com tela colorida, resistente a água e impactos); 35 Notebooks (Especificação mínima:HD 500gb, 4GB de Ram, Tela 14", 2,5 Ghz de processador, DVD/RW); 08 Impressoras Multifuncionais (Especificação mínima: Scanner, Copiadora e Impressora, jato de tinta e interface USB) e 35 Impressoras Portátil (Portátil, impressão a jato de tinta e interface USB) – Prodesu IIA 2013:** Dotou a unidade de fiscalização de equipamentos modernos e atualizados em prol do desenvolvimento mais efetivo da atividade fim do Regional;

**f) Realizar a Publicação Técnica e Científica, até dezembro de 2013, pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Pará - SENGE PA; Realizar a Semana do Engenheiro Agrônomo, no período de outubro a novembro de 2013, pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Pará – AEAPA; Realizar a atualização profissional através de cursos de desenho técnico, planejamento e orçamento, de abril a dezembro de 2013, pelo Clube de Engenharia do Pará - CEP PA; Realizar o Seminário de Avaliações e Perícias de Engenharia, de outubro a novembro de 2013, pelo Instituto de Avaliações e Perícias de Engenharia do Pará - IAPEP PA; e Realizar o Evento de Segurança do Trabalho, em outubro de 2013 pela Associação de Engenheiros de Segurança do Trabalho do Estado do Pará - AEST PA – Prodesu IID – 2013:** Apoio às Entidades Regionais registradas no Crea Pa para que as mesmas desenvolvam eventos, dentro das normas, em apoio aos profissionais e sociedade em geral;

**g) Realizar a microfilmagem/digitalização de aproximadamente 1.000.000 milhão de Anotações de Responsabilidades Técnicas, em papel, que encontram-se sob a guarda do Crea-PA – Prodesu IIB 2013:** Tal projeto foi primordial para a modernização no trato documental aos processos de registros acervados no Regional, tendo em vista que o tempo, bem como o local de armazenamento dos mesmos já estavam contribuindo substancialmente para a possível degradação dos documentos;

**h) Aquisição de estantes deslizantes para comportar aproximadamente 3220 caixas-arquivo no Arquivo, objetivando a otimização do espaço físico e melhor organização do acervo documental do Crea PA – Prodesu IIC 2013:** Com o mesmo objetivo de

modernizar o arquivo do Regional, tal projeto teve sua seu foco na melhoria de aproveitamento do espaço físico, cuja resultado final esperado foi propiciar um local apropriado para o acondicionamento dos processos com obrigação de guarda física;

**i) Concessão de recurso para custear com deslocamentos aéreos ou terrestres e diárias dos representantes institucionais do Crea-PA nos fóruns consultivos do Sistema Confea/Crea e Mútua – Prodesu IA 2014:** Otimizou o processo de organização das viagens representativas dos Conselheiros regionais, contribuindo substancialmente na redução dos custos operacionais, oportunizando a participação em outros eventos também necessários para o desenvolvimento do Crea Pa;

**j) Transporte de material e pessoal de apoio designado pela CER para os locais de votação e Diárias para pessoas designadas pela CER – Prodesu IIB 2014:** Apoio direto ao processo eleitoral do Sistema Confea/Creas e Mutua, para o exercício no triênio 2015-2017;

**k) Apoio com repasse financeiro para a realização dos Cursos de Capacitação e Palestras Técnicas na área pelo Clube de Engenharia do Pará - CEP PA e Apoio com repasse financeiro para a realização do Evento de Desenvolvimento Técnico e Tecnológico em Segurança do Trabalho pela Associação de Engenharia de Segurança do Trabalho do Estado do Pará - AEST PA – Prodesu IIID 2014:** Apoio às Entidades Regionais registradas no Crea Pa para que as mesmas desenvolvam eventos, dentro das normas, em apoio aos profissionais e sociedade em geral;

**Dotar a coordenadoria de fiscalização do CREA-PA de 30(trinta) veículos modernos – Prodesu IIA 2014:** Dando continuidade ao processo de modernização da Fiscalização, dotando a unidade de veículos novos, mais modernos e mais apropriados para a execução dos trabalhos em todo o estado.

A retomada na reformulação do Planejamento Estratégico do Regional no ano de 2013 focou as ações inicialmente, por motivos peculiares, nos objetivos estratégicos voltados à gestão de pessoas, inovações em TI, fortalecimento de parcerias e melhorias nos procedimentos fins do Conselho, assim as metas se relacionaram diretamente com os objetivos propostos para o exercício.

<b>QUADRO 4 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO</b>				
Descrição da Meta	Unidade de medida	Meta prevista	Meta realizada	% de realização da meta
Obter mapeamento do Regional para a realização de ações preventivas e corretivas, até fevereiro de 2014 (OE “a”)	1 Mapa de diagnóstico	100% do mapeamento	80% do mapeamento realizado	80%
Elaboração de programa de atualização/capacitação para o corpo funcional do Crea PA, até junho de 2014 (OE “a”)	Programação e treinamento de líderes e colaboradores em geral	1 Programa formal de treinamentos	Treinamentos realizados	50%
Dotar as Unidades do Regional de manuais operacionais até dezembro de 2014 (OE “b”)	Quantidade de manuais	Mínimo de 3 manuais por setor	Não houve produção no exercício	0%
Proporcionar às Unidades dos interiores treinamentos e atribuições de execução das tarefas de: efetivação de registros PF e PJ, bem como suas alterações e elaboração de CATs, até dezembro de 2014 (OE “b”)	Nº de colaboradores das Inspetorias capacitados	Mínimo de 1 colaborador por Inspetoria	6 colaboradores	30%
Dotar o Regional de sistema	Sistema	Implantação	Sistema implantado	100%

informatizado adequado para a realização das atividades, padronizado, entre Sede e Inspetorias até dezembro de 2013 (OE “b”)	Instalado	de 100% do sistema	e funcionando em todos os escritórios do Regional	
Efetivar a reforma de lay-out e adequação de espaços físicos na Sede, com móveis e divisórias padronizadas, até dezembro de 2014 (OE “b”)	Nº de espaços adequados conforme propostas apresentadas	Todos os espaços do Regional	Adequação, com ajuste da grande maioria dos espaços	90%
Efetivar a renovação de computadores no Crea-PA até dezembro de 2014 (OE “c”)	Quantitativo de computadores renovados			
Projetar e executar ou adquirir um sistema corporativo mais moderno para os usuários do Crea-PA até dezembro de 2014 (OE “c”)	Sistema em funcionamento	1 Sistema Funcionando	1 Sistema funcionado	100%
Dotar o Regional de um PDTI atualizado até dezembro de 2013 (OE “c”)	Documento formal	1 Documento - PDTI	Nenhum documento	0%
Promover 3 seminários de atualização para Conselheiros e Inspetores do Crea PA, um a cada ano, até dezembro de 2014 (OE “d”)	Nº de seminários	3	3	100%
Formalizar e implementar um plano de Cargos e Salários adequado ao Regional até dezembro de 2013 (OE “e”)	Documento formal	1 Documento – Plano de Cargos e Salários	Processo de revisão iniciado	20%
Dotar o Regional de um Programa de Bonificação para os colaboradores que vise melhores resultados até dezembro de 2013 (OE “e”)	Documento formal	1 Documento – Programa Formal	Levantamentos de dados	30%
Dotar o Regional de procedimentos administrativos que oportunize as mobilidades internas de funcionários de forma igualitária, até junho de 2014 (OE “f”)	Processos de seleção interna	1 Modelo de processo (processo realizado)	1 Processo Realizado (modelo)	100%
Realizar concurso público para o provimento de cargos e reservas para o Regional, até dezembro de 2013 (OE “f”)	Processo seletivo externo	1 processo realizado	1 Processo realizado	100%
Dotar o regional de sistema para monitoramento veicular com objetivo de mapeamento das áreas fiscalizadas pelo CREA PA, até dezembro de 2014 (OE “g”)	Sistema em funcionamento	Sistema implantado	Não realizado	0%
Efetivação do sistema de consultas através de equipamentos móveis no ato fiscalizatório, possibilitando maior precisão nas emissões de relatórios fiscais, até dezembro de 2014 (OE “g”)	Sistema em funcionamento	Sistema implantado	Sistema disponível para acesso, mas não padronizado 100% ao acesso móvel.	50%
Dotar a fiscalização do regional de equipamentos (GPS, computadores e veículos), mais modernos,	Material entregue	Equipamentos e veículos entregues	Entregues computadores e GPSs	70%

para o auxílio dos trabalhos fiscalizatórios, até dezembro de 2014 (OE “g”)				
Promover o incremento em ARTs registradas no Regional de 30% até dezembro de 2014 em relação ao último ano do mandato anterior (OE “g”)	Número de ARTs registradas	15% a mais em relação ao exercício anterior	14,23% a mais que no exercício anterior	99,3%
Incremento em Processos de Fiscalização (OE “g”)	Número de Processos gerados	15% a mais que no exercício anterior	13% a menos que no exercício anterior	0%
Elaboração da semana de conciliação, que visará à regularização de profissionais e empresas do sistema, uma vez por ano, até dezembro de 2013 (OE “h”)	Procedimento realizado	1 Evento Realizado	1 Evento Realizado	100%
Efetivação de visita com objetivo de aproximação e fiscalização junto aos grandes empreendimentos que vem sendo realizado no estado (OE “i”)	Nº de empreendimentos	Todos os grandes empreendimentos da Região	50%	50%
Efetivação da criação da Assessoria Parlamentar do Regional, definindo o assessor responsável, bem como o papel e as atividades a serem exercidas até dezembro de 2013 (OE “j”)	Nomeação oficial	Nomeação efetivada	Nomeação realizada	100%
Elaboração de projeto para a inserção do CREA nas discussões dos grandes projetos e políticas públicas que envolvam atividades da engenharia, agronomia e áreas afins no estado do Pará, até agosto de 2014 (OE “j”)	Projeto formal	1 Projeto	Não houve	0%

Fonte: Relatório avaliação

O exercício de 2014 marca o encerramento da gestão desta presidência para o triênio 2012-2014, cuja avaliação, na nossa percepção, se deu de forma totalmente satisfatória tendo em vista as realizações efetivadas.

No quesito recursos humanos a reestruturação da gerência possibilitou melhor organização das tarefas desenvolvidas naquela unidade. Ajustes como a unificação das informações do ponto eletrônico e a folha de pagamento diminuíram as problemáticas originadas de falhas nestas informações, assim como a atualização nos exames médicos dos colaboradores contribuiu para o mapeamento da qualidade na saúde do capital humano atual do Regional. De forma paralela o start nos procedimentos para a implantação do dossiê digital possibilitará o acesso mais rápido às informações de cada colaborador, bem como assegurará mais segurança na manutenção das documentações arquivadas na Gerencia de RH.

Objetivando a melhoria no clima organizacional da Instituição o programa *Café com o Presidente*, implantado no exercício, possibilitou o acesso direto de todos os colaboradores ao gestor maior, onde a abertura concedida fluiu em feedbacks totalmente proveitosos para a Organização, retomando a aproximação das diversas unidades através dos colaboradores participantes. Nesse sentido, a implantação do Vale Refeição digital também contribuiu para a melhoria na satisfação funcional.

A realização do concurso público em 2014 veio suprir a necessidade de lotação de pessoal na sede e interior, já que o último concurso havia sido realizado na gestão anterior, em 2011. Na oportunidade nove novos colaboradores já foram contratados, sendo seis para a sede e três para os interiores do estado. Vale ressaltar que duas novas Inspetorias foram instauradas no exercício em relato, totalizando a capacidade no interior em 21 unidades administrativas para o atendimento de clientes e sociedade em geral.

Com a nova estruturação da Gerência de RH foi possível o emprego de uma programação mais efetiva na proposta de capacitação de colaboradores, que aliada ao projeto de Escola do Governo do Estado, cujo convênio foi firmado a partir do exercício em relato, proporcionou a capacitação de 80 colaboradores no exercício, nas diversas áreas de conhecimento dentro da Administração. Foram realizados também: programa de acompanhamento dos estagiários, processo de identificação funcional por crachás e a realização do mural virtual, que tornou o processo de comunicação entre a gestão e os colaboradores mais prático.

Podemos dizer que um dos maiores destaques para o exercício de 2014 se deu pela implementação do novo sistema corporativo. O SITAC – Sistema de Informações Técnicas e Administrativas do Crea-Pa, implantado em fevereiro de 2014, apresentou inovações extremamente essenciais para o desenvolvimento das atividades do Regional, como por exemplo a possibilidade de tornar os processos de registro totalmente digital e de fácil interação com os clientes, bem como oportunizou a expansão da força de trabalho, já que diversos serviços que antes só poderiam ser realizados na Sede passaram a ter acessibilidade também nas Inspetorias espalhadas pelo estado. Esta modernização, apesar dos entraves de migração de dados, possibilitou a otimização dos prazos nos serviços prestados e dinamizou o tráfego e arquivamento de informações, inclusive no que tange as encaminhadas ao Federal.

Em consonância a inovação na virtualização dos novos processos a modernização do arquivo geral do Conselho com a adoção de estantes deslizantes e microfilmagem/digitalização de aproximadamente um milhão de ARTs manuais, ambos concebidos em parceria com o Federal através das linhas de créditos do Prodesu, representou o fortalecimento na política segurança das informações de posse do Regional, evitando assim que um acervo tão importante para a história do Sistema fosse fragilizada pelo tempo.

Abarcado no processo de modernização, a atualização dos equipamentos de trabalho, como computadores e mobiliários, representou substancialmente a intenção da gestão no investimento em busca da melhoria organizacional. Cento e trinta e cinco computadores novos foram adquiridos e em torno 90% dos mobiliários foram trocados por outros mais modernos e ergonômicos. Tudo em prol da modernização administrativa, cujo objetivo maior se dá em oferecer um serviço de qualidade à sociedade.

No que diz respeito à atividade fim do Conselho, a modernização da fiscalização se deu através de aquisição de equipamentos modernos e que são essenciais para o desenvolvimento destes trabalhos específicos. O Regional fez a aquisição de 35 aparelhos de GPS e 35 notebooks, além de 8 impressoras que serviram de auxílio para os trabalhos realizados nas Inspetorias. Também neste propósito, modernizou a frota veicular do Regional, fazendo a aquisição de xx carros novos através do Prodafisc 2014, substituindo a frota antiga que encontrava defasada, com veículos antigos (ano de 2008) doados pelo Crea-Sp, bem como com carros alugados espalhados pelos interiores.

Assim, apesar de todos os desafios encontrados para o desenvolvimento da fiscalização no estado como: dimensões continentais, deficiência das estradas, acesso precário a rede mundial de computadores, e outras, ainda sim foram possíveis realizar trabalhos em 88 municípios, resultando num montante de 6.547 relatórios instaurados no ano de 2014, 87.199 ARTs efetivadas, 4.315 profissionais registrados/visados e 647 registros/vistos de empresas.

## 2.2.2 Ações e resultados das atividades finalísticas

Situação em 31/12/2014

<b>QUADRO 5 - RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO PLENÁRIO</b>		
<b>Quantidade de Sessões Plenárias</b>		
Ordinárias		11
Extraordinárias		1
<b>Quantidade de Atos Administrativos Normativos Aprovados</b>		
Atos Normativos		2
Decisões Plenárias		129
<b>Quantidade de Matérias<sup>1</sup> Analisadas Conforme Ano de Origem</b>		
Matérias remanescentes de 2013		8
Matérias pautadas em 2014		120
<b>Quantidade de Matérias<sup>1</sup> Analisadas Conforme Ordem da Pauta</b>		
	<b>Em Andamento<sup>2</sup></b>	<b>Concluído</b>
1. <i>Ad Referendum</i>		9
2. Pedido de Vista		
3. Pedido de Reconsideração		
4. Diretoria		
5. Relato de processos		
5.1. Composição do Plenário do Regional		1
5.1. Infração à Lei nº 5194/66		27
5.2. Infração à Lei nº 6496/77		
5.3. Infração ao Código de Ética	2	1
5.4. Registro de pessoa física		
5.5. Registro de pessoa jurídica		
5.6. Revisão de Atribuições		
5.7. Responsabilidade Técnica		3
5.8. Registro de entidades de classe		
5.9. Registro de instituições de ensino		
5.10. Cadastramento de instituição de ensino		11
5.11. Cadastramento de curso		43
5.12. Orçamentos/Reformulações Orçamentárias		2
5.13. Outros		30
6. Assuntos Gerais		
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>118</b>

Fonte: Relatório da Secretaria do Plenário

Nota 1: entende-se por matérias os processos ou protocolos formalizados na unidade jurisdicionada.

Nota 2: processos pautados na última plenária de 2014 que foram repautados para o exercício 2015.

<b>QUADRO 6 - RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS</b>									
	<b>Câmara Especializada</b>								
	CEAGRI	CEAGRO	CEEC	CEEE	CEEF	CEEM	CEEQ	CEEST	CEGM
<b>Quantidade de Reuniões</b>									
Ordinárias		10	10	10		10			
Extraordinárias		1		0					
Área de Fiscalização				0					
Workshop/Evento Regional									
<b>Quantidade de Atos Administrativos</b>									
Decisões		330	1624	426		204			
Normas de fiscalização									
<b>Quantidade de Matérias<sup>1</sup> Analisadas</b>									
Acervo Técnico Profissional		1	9	1					
Dupla Responsabilidade Técnica			3						
Elaboração de Atos Normativos									
Infração à Lei nº 5.194/66		27	151	28		128			
Infração à Lei nº 6.496/77									
Infração ao Código de Ética		6	18			1			
Registro de Entidade de Classe									
Registro de Instituição de Ensino									
Registro de Pessoa Jurídica		23	230	35					
Registro de Profissional		173	654	273		61			
Registro Diplomado no Exterior			7						
Revisão de Atribuição		7	4						
Outros		93	548	87		14			

**LEGENDA:**

CEAGRI: Câmara Especializada de Agrimensura.

CEAGRO: Câmara Especializada de Agronomia.

CEEC: Câmara Especializada de Engenharia Civil.

CEEE: Câmara Especializada de Engenharia Elétrica.

CEEF: Câmara Especializada de Engenharia Florestal.

CEEM: Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Metalúrgica.

CEEQ: Câmara Especializada de Engenharia Química.

CEEST: Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho.

CEGM: Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas.

Nota 1: entende-se por matérias os processos ou protocolos formalizados na unidade jurisdicionada submetidos à apreciação da câmara especializada.

<b>QUADRO 7 - RESUMO DAS ATIVIDADES DOS GRUPOS DE TRABALHO</b>		
<b>Nome do GT</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resultado</b>
	Não se aplica para o exercício	

### 2.2.2.1. Formação Profissional

As cerca de 300 profissões que integram o Sistema Confea/Crea possuem diferentes níveis de formação e são caracterizadas pelos seguintes elementos: diretrizes curriculares, perfis e títulos acadêmicos. Na graduação desses profissionais – que se distribuem pelos níveis técnico, tecnológico e pleno – atuam milhares de instituições de ensino. Apesar da subordinação dessas instituições a um complexo legal denominado “legislação do ensino”, que lhes confere autonomia didática e pedagógica, as leis do país condicionam o início do exercício profissional de seus egressos ao prévio atendimento às disposições de distinto complexo legal, denominado de “legislação profissional”. Efetivamente, para o exercício de qualquer uma dessas profissões, as leis do país exigem uma dupla habilitação: a acadêmica, concedida pelas instituições de ensino, e a profissional, concedida pelos conselhos profissionais. A compatibilização, ou integração, dos elementos acadêmicos e profissionais tem sido buscada desde a criação do Sistema Confea/Crea, inicialmente em 1933, e depois em 1966, quando o legislador colocou representações acadêmicas nos plenários dos Conselhos. Apresentar dados e informações que expressem a atuação da unidade jurisdicionada voltadas ao alinhamento entre os sistemas acadêmico e profissional, haja vista as crescentes e diversificadas demandas do mercado de trabalho, e avaliar as qualificações profissionais requeridas e a contínua busca de melhor formação ético-cidadã dos profissionais.

### 2.2.2.2. Exercício Profissional

O exercício profissional efetivo, eficiente e eficaz que se deseja reflete-se, entre outras coisas, na qualidade indispensável de obras, serviços e produtos colocados à disposição da sociedade, na flexibilidade exigida dos profissionais em um mercado em permanentes e aceleradas transformações e no comportamento ético, sujeito aos padrões condensados tanto dos cidadãos como dos profissionais. Exercício efetivo significa também, em relação às profissões para as quais a Constituição exige comprovada qualificação, manter a atividade profissional em níveis próximos ao pleno emprego ou à plena ocupação. O Sistema Confea/Crea é constituído por profissionais registrados, cujo exercício é regulamentado pelas normas de fiscalização editadas pelos Creas e pelos atos administrativos normativos editados pelo Confea.

No exercício de 2014 o comportamento dos números relativos ao exercício profissional, abarcando profissionais e empresas, devidamente regularizados no Crea PA, são demonstrados nos quadros de 8 a 11, abaixo, caracterizando um desempenho mediano em comparação com os exercícios passados, fato este justificável pelos grandes desequilíbrios no cenário da economia Brasileira nos últimos tempos.

Situação em 31/12/2014

QUADRO 8 - RESUMO DOS REGISTROS DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA							
	2013	2014					
	Registros Ativos	Novos Registros	Registros Reativados	Registros Cancelados	Outros	Registros Ativos	Visto
<b>Registro Profissional</b>							
Nível Superior	29163	1434	41	32	35	32463	954
Nível Médio	17169	2148	12	2	19	20208	44
<b>Registro de Empresa</b>							
Registro	4950	595	13			5558	
Registro Provisório	357					409	52

Fonte: Relatório da Informática

<b>QUADRO 9 - RESUMO DAS ANUIDADES DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA</b>			
	<b>Quantidade de Adimplentes</b>	<b>Quantidade de Inadimplentes</b>	<b>Valores arrecadados em 2014</b>
<b>Registro Profissional</b>			
Nível Superior	12594	15180	R\$ 4.006.684,03
Nível Médio	7837	11635	R\$ 1.712.679,76
<b>Registro de Empresa</b>			
Registro	2995	2510	R\$ 3.110.299,74
Registro Provisório	74	69	R\$ 107.146,39

Fonte: Relatório da Informática

<b>QUADRO 10 - RESUMO DA FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL</b>	
<b>Quantidade de Empregados na Área de Fiscalização</b>	
Fiscal	27
Administrativo	6
<b>Quantidade de Empreendimentos Fiscalizados</b>	
Em Situação Regular	4237
Em Situação Irregular	2285
<b>Quantidade de Visitas de Fiscalização por Grupo/Modalidade Fiscalizada</b>	
Agrimensura	
Agronomia	126
Engenharia Civil	4774
Engenharia Elétrica	197
Engenharia Mecânica e Metalúrgica	323
Engenharia Química	
Engenharia de Segurança do Trabalho	
Geologia e Minas	84
Outros não relacionado	27
<b>Abrangência</b>	
Quantidade de Municípios Fiscalizados	88
Área Geográfica Total	1.247.690 km <sup>2</sup>

Fonte: Relatório da Fiscalização e Informática

<b>QUADRO 11 - RESUMO DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART POR MODALIDADE</b>				
<b>Grupo/Modalidade</b>	<b>Quantidade ART</b>	<b>% de ART</b>	<b>Valor Arrecadado</b>	<b>% de Arrecadação</b>
Agrimensura	4469	5.36%	R\$ 280.858,07	4.11%
Agronomia	11228	13.47%	R\$ 753.054,98	11.02%
Engenharia Civil	37527	45.03%	R\$ 3.645.688,11	53.35%
Engenharia Elétrica	6134	7.36%	R\$ 470.146,85	6.88%
Engenharia Mecânica e Metalúrgica	9238	11.09%	R\$ 669.685,91	9.80%
Engenharia Química	460	0.55 %	R\$ 28.700,82	0.42%
Engenharia de Segurança do Trabalho	1	0,00%	R\$ 63,64	0,00%
Geologia e Minas	3461	4.15%	R\$ 224.139,78	3.28%
Outras	10818	12,98%	R\$ 761.255,21	11,14%

<b>Total</b>	83336	99,99%	R\$ 6.833.529,74	100,00%
--------------	-------	--------	------------------	---------

Fonte: Relatório da Informática

### 2.2.2.3. Organização do Sistema

A boa gestão das relações entre entidades, instituições de ensino e conselhos de fiscalização é condição indispensável para que elas possam melhor contribuir para o alcance das almejadas eficiência, eficácia e efetividade do sistema profissional. Acresce salientar que o complexo formado por essas organizações é estruturado primeiramente no âmbito dos municípios, depois no estadual e, finalmente, no âmbito federal, adquirindo dessa forma representatividade, capacidade de mobilização e, conseqüentemente, força reivindicatória. Apesar de integrados a um mesmo sistema profissional, portanto alinhadas aos objetivos comuns estabelecidos, essas organizações também possuem finalidades próprias e desempenham diferenciados papéis. Sintetizando: (1) as associações desenvolvem atividades políticas, sociais, culturais, recreativas, desportivas, etc.; (2) os sindicatos se incumbem da defesa socioeconômica dos profissionais; (3) a Mútua oferece serviços de assistência aos profissionais; (4) as cooperativas promovem a “união profissional” face às questões referentes ao acesso ao crédito facilitado e ao trabalho; e (5) os Conselhos são autarquias criadas para a defesa social diante da prestação de serviços nas áreas das profissões regulamentadas e neles registradas. Em relação aos conselhos-autarquias, é importante esclarecer ainda que, diferentemente do que acontece em todos os demais conselhos profissionais, os Plenários dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia são integrados pelas representações desse complexo de entidades de classe e instituições de ensino. Por isso, a estrutura de funcionamento desse complexo, a qualidade dessas representações, e, conseqüentemente, a maior eficácia desses Plenários têm tudo a ver com a organização e a sustentabilidade dessas organizações (as partes) e do Sistema (o todo).

Atualmente na jurisdição do Crea PA a organização política dos profissionais tem se dado por oito Entidades Regionais: SENGE PA – Sindicato dos Engenheiros do Pará, AEAPA – Associação dos Engenheiros Agrônomos do Pará, AEST-PA - Associação de Engenharia de Segurança do Trabalho do Estado do Pará, ABEE-PA - Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas do Pará, APEF - Associação Profissional dos Engenheiros Florestais, CEP - Clube de Engenharia do Pará, APGAM - Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia e IAPEP - Instituto de Avaliação e Perícia de Engenharia do Pará, além dos representantes das Universidades presentes no estado: Universidade da Amazônia, Universidade Estadual do Pará - UEPA, Centro Universitário Luterano de Santarém – CEULS, Faculdade Ideal – FACI e Instituto de Educação Superior da Amazônia – IESAM.

### 2.2.2.4. Integração Social e Profissional

A Integração Social diz respeito ao estreitamento cada vez maior das relações das organizações do Sistema Confea/Crea com as organizações públicas e privadas do universo social. E a presidir essa integração, levando em consideração os valores e princípios constitucionais unificados, estarão sempre os interesses sociais e humanos – citados no art. 1º da Lei nº 5.194, de 1966 – a serem considerados quando da realização dos empreendimentos profissionais. Outro importante processo relacionado à Integração Social é a atuação parlamentar que, mediante o acompanhamento e manifestação acerca dos projetos de lei relacionados às profissões do Sistema Confea/Crea, visa atuar em prol da sociedade, uma vez que esta tem refletido e exigido aptidão profissional e tecnologia que atendam seus anseios e, conseqüentemente, o desenvolvimento do país. Por sua vez, a Integração Profissional diz

respeito ao estreitamento cada vez maior das relações entre os profissionais integrantes do Sistema, desses com as entidades representativas e destas entre si.

Apresentar dados e informações que expressem a atuação da unidade jurisdicionada relacionadas ao relacionamento institucional com outras organizações públicas, à comunicação social integrada, aos canais de comunicação com a sociedade e à atuação parlamentar.

### 2.2.2.5. Inserção Internacional

Ao longo dos seus mais de 80 anos, o Confea vem desenvolvendo ações legitimadas por lei que disciplinam o exercício profissional e as atividades profissionais, contudo as mudanças tecnológicas e institucionais das últimas duas décadas – as quais resultaram na transformação do modelo de crescimento e na abertura brasileira à competição internacional – geraram uma excelente oportunidade de reflexão e análise sobre registro e certificação profissional diante dos modelos existentes no mundo. Dessa forma, a questão da inserção internacional do Sistema Confea/Crea é demonstrada pela análise em linhas gerais do processo de globalização e dos novos paradigmas que se refletem num primeiro desafio, que é a necessidade da consolidação de um modelo que harmonize as condições do exercício profissional para atender a mobilidade profissional. Assim, o Sistema Confea/Crea vem estreitando seu relacionamento com as congêneres de outros países, com o objetivo de conhecer e discutir as normas que regulamentam o exercício profissional nesses países, como preliminar indispensável não apenas aos possíveis tratados de livre circulação de profissionais, como também para participar proativamente dos processos de transferência e absorção de tecnologias, de inovação e de empreendedorismo. Para tanto, o Sistema Confea/Crea participa de inúmeros fóruns, bem como promove diversas missões representativas em eventos internacionais afetos às profissões de engenharia e agronomia.

Neste quesito os resultados têm sido colhidos através do Conselho Federal, visto que as participações em tais eventos normalmente são realizadas pelos Conselheiros Federais, que de certa forma são representações dos estados naquele Federal.

### 2.3. Indicadores

O exercício em relato finaliza o triênio de gestão 2012-2014 e, apoiado sobre as diretrizes estabelecidas pela presidência, teve como guia o plano de gestão proposto em agosto de 2013. Sendo assim os indicadores apontados refletem diretamente a desenvoltura da Administração no desenvolvimento dos planos de ações em prol das metas estipuladas.

QUADRO 12 - INDICADORES DE GESTÃO					
Indicador/ Critério	Leitura	Meta prevista	Meta realizada	Resultado de exercícios anteriores	
				2012	2013
N_ART	Nº de ARTs registradas	87861 (25% de incremento em relação ao exercício anterior)	87199	62307	70289
N_PF	Nº de Processos Fiscais Gerados	8800 (10% de incremento em relação ao exercício anterior)	6547	9210	8004
%MED_DES_PE	Média de despesas com pessoal	Menor que 50% Padrão LRF	46,94%	52,15%	56,81%
%PROD.	Percentual de aproveitamento nos projetos Prodesu	100%	85%	100%	96%

Fonte: Relatórios Gerenciais do sistema e controle.

### **3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

#### **3.1. Estrutura de governança da unidade jurisdicionada**

O CREA-PA possui em sua estrutura de governança a Controladoria, instituída em 01 de junho de 2006 pela Portaria nº 57/2006 e é considerada como um órgão de staff, ou seja, de assessoria e consultoria, encontrando-se posicionada no organograma fora da pirâmide hierárquica da organização.

A Ouvidoria, órgão setorial do Crea Pa, inserido na estrutura organizacional pela portaria 0081/2008 e Decisão de Diretoria nº 09/2008, tem por objetivo alinhar as ações desenvolvidas pelo Regional aos preceitos das normas estabelecidas aos Órgão da Administração Pública Federal.

O sistema de correição do Regional é realizado por nomeação de comissão de Sindicância por membros indicados pela Presidência mediante Portaria

#### **3.2. Atuação do Controle interno:**

Atuando diretamente no controle dos processos administrativos para avaliação dos controles e procedimentos, a Controladoria do Regional vem elaborando manuais como mecanismos de controle interno no âmbito do Conselho de maneira a aperfeiçoar os processos de aquisição de compras e serviços, investimentos e convênios, no que diz respeito à eficácia e eficiência da aplicação dos recursos públicos.

A Controladoria tem como procedimentos de controle a função principal de exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial do CREA, assessorando todos os departamentos, onde as informações são geradas e colocadas à disposição da Presidência para tomada de decisões;

Tem como prática de avaliação a análise de todos os processos de despesa, no que diz respeito a formalidade processual, o aspecto financeiro e orçamentário e a regularidade fiscal dos fornecedores.

No aspecto patrimonial, acompanha a realização do inventário dos bens móveis e imóveis do Regional, bem como do almoxarifado. Desde o exercício de 2013 vem adotando como prática a auditoria de qualidade nas inspetorias, onde verifica a qualidade dos trabalhos realizados pelos agentes e representantes da instituição junto à sociedade.

No que diz respeito à adoção de práticas de avaliação dos controles internos, a mesma não é medida pela alta administração, mas sim por ocasião das auditorias internas e independentes contratadas pelo Conselho Federal. Na última auditoria efetuada em 2013, interna, realizada pelo CONFEA e externa por auditoria independente, tivemos os seguintes diagnósticos:

- Auditoria interna do CONFEA : Fragilidade nos controles internos administrativos.
- Auditoria Independente: O resultado de nosso trabalho demonstrou que a entidade possui um adequado gerenciamento dos controles internos e registro contábeis, exceto para os seguintes ativos e passivos:
  1. Exatidão do saldo apresentado na conta Bancos Conta Movimento.
  2. Controle da Dívida Ativa
  3. Registro contábil das causas judiciais
  4. Conjunto das demonstrações Contábeis

### 5. Apresentação da carta de representação.

Ressalte-se que as inconformidades apontadas nos relatórios foram alvos de comprovação quanto a sua regularidade ou quais as providencias tomadas pela direção quanto a sua regularização, no caso do item 2. Todas as recomendações das auditorias internas ou independentes são trabalhadas no sentido de reverter sua condição de inconformidade visando mitigar os riscos da gestão.

A Ouvidoria, órgão setorial do Crea Pa, tem como atividades:

- a) *Receber, examinar e encaminhar as reclamações, sugestões, elogios e denúncias, referentes a procedimentos e ações de agentes, diretamente ligados ou subordinados às unidades administrativas do CREA-PA;*
- b) *Acompanhar as providências adotadas pelas unidades administrativas vinculadas ao Conselho Regional para a solução do problema;*
- c) *Acompanhar a instauração de procedimentos administrativos para exame técnico das questões e a adoção de medidas necessárias para a adequada prestação de serviço público, quando for o caso;*
- d) *Congregar e orientar tecnicamente a atuação das demais estruturas de representantes da ouvidoria nas inspetorias vinculadas ao CREA-PA;*
- e) *Organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas e elaborar pesquisas para monitoramento do nível de satisfação dos cidadãos, dando conhecimento as unidades envolvidas;*

*Contribuir para a disseminação de formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação de serviços oferecidos pelo CREA-PA.*

### 3.3. Sistema de correição

Os processos de sindicância e seus resultados são normatizados pelo Regulamento de Pessoal do Conselho.

No exercício de 2014 tivemos 8 sindicâncias para apurar fatos relacionados aos seguintes processos:

1. **PROCESSO 231275/2014 - Portaria 227/2014-** CONSIDERANDO o despacho da Coordenadoria Jurídica sobre o fato ocorrido e relatado no processo (231275/2014) e posteriores orientações quanto às medidas cabíveis emanadas pela Presidência. RESOLVE: CONSTITUIR a Comissão de Sindicância composta pelos funcionários: ADV. ANTONIO SERGIO MUNIZ CAETANO, ENG. MARCEL BELLINI SILVA DA COSTA e LUIS ALBERTO DA SILVA FILHO, sob a coordenação do primeiro, apurar, avaliar e apresentar relatório conclusivo no prazo de até 30 (trinta) dias quanto aos efeitos negativos do que trata este.
2. **PROCESSO 232691/2014 - Portaria 231/2014-** CONSIDERANDO o nosso atual Regulamento de Pessoal o capítulo relacionado ao Regime Disciplinar, temos o artigo 24, dos deveres do empregado, onde há a ressalva ligada a assiduidade e pontualidade, e no capítulo de proibições, há a proibição de ausentar-se do serviço durante o expediente sem previa autorização da chefia imediata e de retirar-se do trabalho sem comunicar ao chefe imediato para onde se dirige. CONSIDERANDO o despacho da Coordenadoria Jurídica sobre o fato ocorrido e relatado no processo 232691/2014 e posteriores orientações ADV. Franklin Rabelo da Silva, Yoná Nazaré Miranda de Macêdo e Odilon Ribeiro Caldas Junior, sob a coordenação do primeiro, apurar, avaliar e apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias quanto aos efeitos negativos do que trata este.

3. **PROCESSO 240144/2014 - Portaria 364/2014** – CONSIDERANDO o parecer jurídico datado de 04 de novembro de 2014 que recomendou a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos registrados no processo 240144/2014. RESOLVE: 1. Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, conforme determina o artigo 148, da Lei nº 8.112/90, para apurar a prática de divulgação de propaganda eleitoral, no interior da inspetoria do CREA-PA, no município de Parauapebas, de candidatos às eleições do Sistema, assim como a responsabilidade dos empregados envolvidos: Roberto Carlos de Carvalho Santos – gerente Regional e Karla Pereira Lima – Auxiliar Técnica, conforme notícia formalizada nos autos do processo 240144/2014, datado de 30 de outubro de 2014, o que pode caracterizar infrações ao Regulamento de pessoal do CREA-PA, e ainda, ao sistema eleitoral do Confea/Crea; 2. Designar os empregados Marcel Bellini Silva da Costa, Analista Técnico, matrícula nº 440, Andréa Marina Cáceres Brito, Analista Técnica, matrícula 008 e Marcelo Rodrigo da Silva Pantoja, Analista de Relações Públicas, matrícula 540 para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão destinada a apurar os fatos mencionados no item 1; 3. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.
4. **PROCESSO 239624/2014 - Portaria 324/2014**-CONSIDERANDO os artigos 7º, 23, 24 e 25 do Regulamento de Pessoal do CREA-PA. CONSIDERANDO os expedientes protocolados pelo SINDICOPA sob os números 238963 e 239624/2014. RESOLVE: CONSTITUIR Comissão de Sindicância composta dos seguintes funcionários Yoná Nazaré Miranda de Macêdo, Francisco Antônio Souza Soares e Marcelo Rodrigo da Silva Pantoja, sob a coordenação da primeira, apurar, avaliar e apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias quanto a afirmação do SINDICOPA, no que concerne a assédio a funcionários.
5. **PROCESSO 236276/2014 - Portaria 290/2014 de 26 de setembro de 2014**- Considerando as denúncias formuladas contra o servidor Andrejev Pereira Souza, protocoladas neste regional sob número 236276/2014 em 09.09.2014; Considerando o parecer nº 522/2014 da Coordenadoria Jurídica do CREA-PA emitido em 21.09.2014; RESOLVE: Designar os funcionários Franklin Rabelo, Luiz Alberto Filho e Edilene Palheta sob a coordenação do segundo, para compor a Comissão de Sindicância para apurar os fatos do processo acima citado, apresentando relatório no prazo de 30 dias. Afastar o colaborador Andrejev Pereira de Souza, temporariamente, da função de gerente, afim de que não enseje interferência no regular andamento do presente procedimento, a partir da presente data.
- Portaria 283/2014 de 25 de setembro de 2014** - CONSIDERANDO as denúncias formuladas contra o servidor Andrejev Pereira de Souza, protocoladas neste Regional sob nº 236276/2014 em 09/09/2014. CONSIDERANDO o Parecer nº 522/2014 da Coordenadoria Jurídica do CREA-PA emitido em 21/09/2014. RESOLVE: DESIGNAR os funcionários Antônio Sergio Muniz Caetano, Eng. Marcel Bellini Silva Da Costa e Emmanuel Matos Palheta, sob a coordenação do primeiro, para compor a Comissão de Sindicância para apurar os fatos do processo acima citado, apresentando relatório no prazo de 30 dias. AFASTAR o colaborador Andrejev Pereira de Souza, temporariamente da função de gerente, afim de que não enseje em interferência no regular andamento do presente procedimento, a partir desta data. REVOGAR as portarias em contrário.
- Portaria 320/2014 de 21 de outubro de 2014** - CONSIDERANDO que tramita neste Regional o processo 236276/2014 denúncia e pedido de providencias formulado por Conselheiro Diretor contra possível conduta não condizente de empregado. CONSIDERANDO que este Regional aguarda manifestação da Procuradoria Jurídica do Conselho Federal, quanto a interpretação sobre a substituição da presidente em exercício, por membro da Diretoria, quando aquela encontrava-se em viagem a serviço do Conselho, no âmbito institucional, no período de 23 a 26 de setembro de 2014. CONSIDERANDO que no período supra mencionado, tiveram duas portarias distintas nº 283/2014 e

290/2014, de constituição de sindicância com o mesmo objeto, quais sejam: instituição de comissão e afastamento temporário do Gerente Regional. CONSIDERANDO a natureza do processo em questão que exige apuração e ainda pende de decisão. RESOLVE: 1. Instituir a Comissão de Sindicância composta pelos colaboradores funcionários Franklin Rabelo, Luiz Alberto Filho e Edilene Palheta, para sob a coordenação do primeiro apurar os fatos e apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 dias. 2. Afastar temporariamente, a partir desta data, o colaborador que atualmente exerce a função de Gerente Regional de Marabá, até que se conclua a sindicância. 3. Designar a funcionária Ana Paula Rosal Pimentel para, interinamente assumir a função de Gerente Regional Marabá. 4. Revogar todas as disposições em contrário.

6. **PROCESSO 238016/2014- Portaria 315/2014 de 17 de outubro de 2014** - CONSIDERANDO o processo 238016/2014 no SITAC que recomenda abertura de Sindicância. CONSIDERANDO que há indicação de necessidade de verificação da situação por conta de denúncia de pessoa externa ao CREA. RESOLVE Instituir a comissão de sindicância composta pelos colaboradores Andrea Marina Cáceres Brito, Franklin Rabelo e Yoná Macedo, para sob a coordenação da primeira apurar os fatos referente a conduta do empregado no prazo de 30 dias.
7. **PROCESSO 238016/2014- Portaria 313/2014 de 15 de outubro de 2014** - CONSIDERANDO o processo 237599/2014 no SITAC que recomenda abertura de Sindicância. CONSIDERANDO que há indicação de necessidade de verificação do extravio de documento. RESOLVE Instituir a comissão de sindicância composta pelos colaboradores Maria da Conceição Luz Dias, Marcelo Rodrigo Pantoja e Glayds do Socorro Dutra Barbosa, sob a coordenação desta última apurar os fatos no prazo de 30 dias e submeter relatório conclusivo a esta Presidência.
8. **PROCESSO 236067/2014- Portaria 312/2014 de 15 de outubro de 2014** - CONSIDERANDO o processo 236067/2014 no SITAC que recomenda abertura de Sindicância. CONSIDERANDO que há indicação de necessidade de verificação por itens constantes no Regulamento de Pessoal. RESOLVE Instituir a comissão de sindicância composta pelos colaboradores Bruna Chaves, Franklin Rabelo e Marllus Pimentel, para sob a coordenação da primeira apurar os fatos no prazo de 30 dias.

Sobre as sindicâncias realizadas, a Controladoria não possui gerenciamento direto sobre seus resultados.

### 3.4. Avaliação do funcionamento dos controles internos

O Questionário de Avaliação dos Controles Internos encontra-se abaixo o e contempla os seguintes aspectos: ambiente de controle, avaliação de risco, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções			X		

operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	

30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				<b>X</b>
<b>Análise Crítica:</b>				
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>				
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.				
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .				
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.				
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .				
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.				

### 3.5. Relação dos principais dirigentes e membros da unidade jurisdicionada

Conforme estabelecido no Regimento do Crea-Pa, o Conselho Regional foi conduzido no ano de 2014 pela Diretoria demonstrada no quadro a seguir, sendo destacado para o exercício o afastamento do Presidente Antonio Albério pelo período de quatro meses (de agosto a novembro), referente ao período de descompatibilização em razão de sua candidatura para Conselheiro Federal, modalidade Agronomia nas eleições do Sistema Confea/Crea 2014.

Para o exercício em apreço a Diretoria realizou 10 reuniões ordinárias e 06 extraordinárias, proferindo 32 Decisões que nortearam o andamento das atividades do Regional.

<b>QUADRO 13 - RELAÇÃO DOS DIRETORES</b>			
<b>PRESIDÊNCIA</b>			
	Nome	Cargo/Função	Mandato
1	Antonio Carlos Alberio	Presidente	01/01/2012 a 31/12/2014
2	Beatriz Ivone Costa Vasconcelos	1º Vice-Presidente	16/01/2014 a 22/01/2015
<b>DIRETORIA</b>			
	Nome	Cargo/Função	Mandato
1	Alexandre de Moraes Ferreira	2º Vice-Presidente	16/01/2014 a 22/01/2015
2	Ricardo Guedes Accioly Ramos	1º Secretário	16/01/2014 a 22/01/2015
3	Fábio Luis Castro Marinho	2º Secretário	16/01/2014 a 22/01/2015
4	Benedito Elias de Souza Filho	1º Tesoureiro	16/01/2014 a 22/01/2015
5	Leony Luiz Lopes Negrão	2º Tesoureiro	16/01/2014 a 22/01/2015

Fonte: Decisão Plenária do Crea PA nº 004/2013, de 17/01/2013 e Termo de Posse do Presidente

Para o exercício de 2014 o Plenário do Regional contou com o efetivo de 32 Conselheiros titulares e 32 suplentes, conforme quadro a seguir. O quadro de atividades desenvolvidas pelo Plenário encontra-se disposto no item 2.2.2. Todas as Reuniões foram realizadas normalmente, dentro do programado e não havendo nenhum caso de falta de quorum.

<b>QUADRO 14 - COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO</b>				
Conselheiro(a)	Título	Mandato	Representação	Titular Suplente
<b>Augusto Alves Ordonez</b>	Eng. Sanitário	17/01/13 a 31/12/15	<b>SENGE/PA</b>	Titular
Tulipan de Jesus dos Prazeres	Eng. Civil	17/01/13 a 31/12/15	<b>SENGE/PA</b>	Suplente
<b>Décio da Silva Jardim</b>	Eng. Civil	05/06/12 a 31/12/14	<b>SENGE/PA</b>	Titular
Gilson Afonso de M. Lima	Eng. Civil	05/06/12 a 31/12/14	<b>SENGE/PA</b>	Suplente
<b>Maria do Carmo Pereira de Melo</b>	Eng. Civil	12/01/12 a 31/12/14	<b>SENGE/PA</b>	Titular
Oswaldo Mendonça Vergolino	Eng. Civil	12/01/12 a 31/12/14	<b>SENGE/PA</b>	Suplente

<b>Luiz Magalhães de Souza</b>	Eng. Civil	16/01/14 a 31/12/16	<b>SENGE/PA</b>	Titular
Vidal Alves Damasceno	Eng. Civil	16/01/14 a 31/12/16	<b>SENGE/PA</b>	Suplente
<b>Ray Dayvd Soares Matos</b>	Eng. Sanitário	12/01/12 a 31/12/14	<b>SENGE/PA</b>	Titular
Raimundo Nonato Maciel da Silva	Eng. Civil	12/01/12 a 31/12/14	<b>SENGE/PA</b>	Suplente
<b>Adalziro Antonio de Souza Duarte</b>	Eng. Eletricista	06/01/11 a 21/08/14	<b>SENGE/PA</b>	Titular
Pedro Rodrigues de Brito Filho	Eng. Eletricista	06/01/11 a 21/08/14	<b>SENGE/PA</b>	Suplente
<b>Beatriz Ivone Costa Vasconcelos</b>	Eng. Eletricista	12/01/12 a 31/12/14	<b>SENGE/PA</b>	Titular
Rodolpho Pedro de Castro Souza	Eng. Eletricista	12/01/12 a 31/12/14	<b>SENGE/PA</b>	Suplente
<b>Pedro Rodrigues de Brito Filho</b>	Eng. Eletricista	06/01/11 a 31/12/13	<b>SENGE/PA</b>	Titular
Nilson Barbosa de Souza	Eng. Eletricista	06/01/11 a 31/12/13	<b>SENGE/PA</b>	Suplente
<b>Fábio Luis Castro Marinho</b>	Eng. Mecânico	12/01/12 a 31/12/14	<b>SENGE/PA</b>	Titular
Luiz Otávio Sinimbu de Lima	Eng. Mecânico	12/01/12 a 31/12/14	<b>SENGE/PA</b>	Suplente
<b>Ramiro Bentes</b>	Eng. Mecânico	16/01/14 a 31/12/16	<b>SENGE/PA</b>	Titular
Grácio Paulo Pessoa Serra	Eng. Mecânico	16/01/14 a 31/12/16	<b>SENGE/PA</b>	Suplente
<b>Benedito Elias de Souza Filho</b>	Eng. Agrônomo	16/01/14 a 31/12/16	<b>SENGE/PA</b>	Titular
*Sem Indicação de Suplente	Eng. Agrônomo	16/01/14 a 31/12/16	<b>SENGE/PA</b>	Suplente
<b>Alexandre de Moraes Ferreira</b>	Eng. Civil	17/01/13 a 31/12/15	<b>IAPEP/PA</b>	Titular
Arnaldo Dopazo Antonio José	Eng. Civil	17/01/13 a 31/12/15	<b>IAPEP/PA</b>	Suplente
<b>Carlos Eduardo Domingues e Silva</b>	Eng. Civil	12/01/12 a 31/12/14	<b>IAPEP/PA</b>	Titular
Regina Marques Dias	Eng. Civil	12/01/12 a 31/12/14	<b>IAPEP/PA</b>	Suplente
<b>Edgard Braga Rodrigues Jr.</b>	Eng. Civil	17/01/13 a 31/12/15	<b>IAPEP/PA</b>	Titular
Rosimar Borges Reis e Silva	Eng. Civil	17/01/13 a 31/12/15	<b>IAPEP/PA</b>	Suplente
<b>José da Silva Neves</b>	Eng. Civil	10/05/12 a 31/12/14	<b>IAPEP/PA</b>	Titular
Licínio José de Souza Ferreira Jr.	Eng. Civil	10/05/12 a 31/12/14	<b>IAPEP/PA</b>	Suplente
<b>José Guilherme Silva Melo</b>	Eng. Civil	16/01/14 a 31/12/16	<b>IAPEP/PA</b>	Titular
Carlos Moraes de Albuquerque Filho	Eng. Civil	16/01/14 a 31/12/16	<b>IAPEP/PA</b>	Suplente
<b>Eduardo Barros Virgolino</b>	Eng. Mecânico	06/08/13 a 31/12/15	<b>IAPEP/PA</b>	Titular
Eduardo Braga Teixeira Santos	Eng. Mecânico	06/08/13 a 31/12/15	<b>IAPEP/PA</b>	Suplente
<b>Juarez Botelho da Costa Júnior</b>	Eng. Naval	16/01/14 a 31/12/16	<b>IAPEP/PA</b>	Titular
Leonardo Trindade de Oliveira	Eng. Naval	16/01/14 a 31/12/16	<b>IAPEP/PA</b>	Suplente
<b>Jucy Pantoja da Silva</b>	Eng. Químico	16/01/14 a 31/12/16	<b>IAPEP/PA</b>	Titular
Sérgio Fernando Lobato Moreira	Eng. Químico	16/01/14 a 31/12/16	<b>IAPEP/PA</b>	Suplente
<b>Ricardo Guedes Accioly Ramos</b>	Eng. Eletricista	17/01/13 a 31/12/15	<b>IAPEP/PA</b>	Titular
João César Ferraro Carvalho	Eng. Eletricista	17/01/13 a 31/12/15	<b>IAPEP/PA</b>	Suplente
<b>Jorge Manoel Coutinho Ferreira</b>	Eng. Civil	17/01/13 a 31/12/15	<b>CEP/PA</b>	Titular
Orlain Bruno Barbosa Miléo	Eng. Civil	17/01/13 a 31/12/15	<b>CEP/PA</b>	Suplente
<b>Marcelo Haroldo Mena Wanderley</b>	Eng. Civil	17/01/13 a 31/12/14	<b>CEP/PA</b>	Titular
Luiz Sérgio Campos Lisboa	Eng. Civil	17/01/13 a 31/12/14	<b>CEP/PA</b>	Suplente
<b>Ana Maria Pereira de Faria</b>	Eng. Agrônoma	12/01/12 a 31/12/14	<b>AEAPA</b>	Titular
Roberto das Chagas Silva	Eng. Agrônomo	12/01/12 a 31/12/14	<b>AEAPA</b>	Suplente
<b>Layse Goretti Bastos Barbosa</b>	Eng. Agrônoma	12/01/12 a 31/12/14	<b>AEAPA</b>	Titular
Emeleocípio Botelho de Andrade	Eng. Agrônomo	12/01/12 a 31/12/14	<b>AEAPA</b>	Suplente
<b>Rui de Souza Chaves</b>	Eng. Agrônomo	12/01/12 a 31/12/14	<b>AEAPA</b>	Titular
Altevir de Matos Lopes	Eng. Agrônomo	12/01/12 a 31/12/14	<b>AEAPA</b>	Suplente
<b>Fernando Antonio Souza Bemerguy</b>	Eng. Florestal	17/01/13 a 31/12/15	<b>APEF</b>	Titular
Eduardo Yasuji Martins Eguchi	Eng. Florestal	17/01/13 a 31/12/15	<b>APEF</b>	Suplente
<b>Iloé Listo de Azevedo</b>	Geólogo	17/01/13 a 31/12/15	<b>APGAM</b>	Titular
Gerson Pereira de Oliveira	Geólogo	17/01/13 a 31/12/15	<b>APGAM</b>	Suplente
<b>José Waterloo Lopes Leal</b>	Geólogo	17/01/13 a 31/12/15	<b>APGAM</b>	Titular
Luiz Rafael Pereira	Geólogo	17/01/13 a 31/12/15	<b>APGAM</b>	Suplente
<b>Leonardo Augusto Lobato Bello</b>	Eng. Civil	16/01/14 a 31/12/16	<b>UNAMA</b>	Titular
Evaristo Clementino Rezende dos Santos Júnior	Eng. Civil	16/01/14 a 31/12/16	<b>UNAMA</b>	Suplente
<b>Léony Luis Lopes Negrão</b>	Eng. de Produção	17/01/13 a 31/12/14	<b>UEPA</b>	Suplente
Renata Melo e Silva de Oliveira	Eng <sup>a</sup> de Produção	17/01/13 a 31/12/14	<b>UEPA</b>	Titular
<b>Alessandro Santos de Araújo</b>	Eng. Civil	17/01/13 a 31/12/15	<b>CEULS</b>	Titular
Fernando Augusto Ferreira do Valle	Eng. Civil	17/01/13 a 31/12/15	<b>CEULS</b>	Suplente
<b>Raimundo Cosme de Oliveira Jr.</b>	Eng. Agrônomo	17/01/13 a 31/12/15	<b>CEULS</b>	Titular
Juliano Gallo (Renunciou a Função)	Eng. Agrônomo	17/0/13 a 18/02/14	<b>CEULS</b>	*Sem Indicação Novo

				Suplente
<b>Salomão Peres Elgrably</b>	Eng. Civil	12/01/12 a 31/12/14	<b>FACI</b>	Titular
Renato Marinho Meira Mattos	Eng. Civil	12/01/12 a 31/12/14	<b>FACI</b>	Suplente
<b>OBS.:</b> O Conselheiro Eng. Eletricista ADALZIRO ANTONIO DE SOUZA DUARTE FALECIDO EM 21/08/2014 e SUBSTITUÍDO pelo Conselheiro Suplente PEDRO RODRIGUES DE BRITO FILHO (Mandato Complementar – 22/008/2014 a 31/12/2014);				
<b>OBS.:</b> AS ENTIDADES DE CLASSE ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DE SEGURANÇA DO TRABALHO – AEST/PA NÃO CONSTA DA RELAÇÃO (Registro Suspenso Exercício 2014); bem como ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS ELETRICISTAS DO PARÁ - ABEE/PA (Decurso de Prazo Exercício 2014);				
<b>OBS.:</b> A INSTITUIÇÃO DE ENSINO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA AMAZÔNIA – IESAM NÃO CONSTA DA RELAÇÃO (Registro Suspenso Exercício 2014).				

Fonte: Relatório de demonstrativos do Plenário 2014 – Secretária do Plenário.

### 3.6. Custo da participação dos membros da diretoria e conselheiros

Situação em 31/12/2014

<b>QUADRO 15 - DEMONSTRATIVO DO CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHEIROS EM ATIVIDADES DA ENTIDADE</b>				
Nome do membro	Quantidade de Atividades de que o membro Participou no Exercício		Diária/Ajuda de Custo, Deslocamento Terrestre, Auxílio Traslado e Passagem Aérea (R\$)	
	2013	2014	2013	2014
ADALZIRO ANTONIO S. DUARTE	3	1	R\$ 6.722,29	R\$ 6.515,89
ALESSANDO DE ARAUJO	10	11	R\$ 10.386,13	R\$ 10.924,63
ALEXANDRE DE M. FERREIRA	4	5	R\$ 12.409,82	R\$ 18.601,24
ANA MARIA P. FARIAS	4	1	R\$ 4.691,25	R\$ 125,00
ANTONIO CARLOS ALBERIO	20	24	R\$ 41.971,39	R\$ 66.413,96
AUGUSTO ALVES ORDONEZ		1	0	R\$ 4.518,87
BEATRIZ I. C. VASCONCELOS	4	2	R\$ 14.883,19	R\$ 5.635,68
BENEDITO ELEIAS DE S. FILHO		2	0	R\$ 4.991,09
CARLOS EDUARDO D. SILVA	14	3	R\$ 46.680,98	R\$ 11.214,28
DILSON AUGUSTO FRAZÃO	1		R\$ 1.540,92	R\$ 0,00
DINALDO R. TRINDADE	4		R\$ 14.374,45	R\$ 1.382,68
EDUARDO BARRO VIGOLINO		3	0	R\$ 10.818,60
FABIO LUIZ CASTRO MARINHO	3		R\$ 9.074,62	R\$ 0,00
FERNANDO A. BEMERGUY	8	3	R\$ 16.474,26	R\$ 15.196,68
FERNANDO AUGUSTO F. VALE		2	4564,763	R\$ 8.556,29
HAROLDO STOESSEL SADALA	9		R\$ 23.509,64	R\$ 0,00
ILOÉ LISTO AZEVEDO	5	4	R\$ 16.857,15	R\$ 15.615,65
JOSÉ DA SILVA NEVES	5	3	R\$ 12.599,11	R\$ 14.700,65
JOSÉ LEITÃO A. VIANA	1		R\$ 1.000,00	R\$ 0,00
JOSÉ WATELOO LOPES LEAL	2		R\$ 2.758,08	R\$ 0,00
JUCY PANTOJA DA SILVA		1	0	R\$ 5.864,51
JULIANO GALO	1		R\$ 2.073,36	R\$ 0,00
LEONY LUIZ L. LOPES NEGRÃO		1	0	R\$ 2.500,00
MARIA DO CARMO P. DE MELO		1	0	R\$ 2.000,00
PEDRO RODRIGUES FILHO		1	0	R\$ 5.309,37
RAIMUNDO COSMO OLIVEIRA	13	12	R\$ 18.214,38	R\$ 19.330,27
RAY DAVYVD S. DE MATOS	10	4	R\$ 19.692,02	R\$ 4.220,03
RICARDO GUEDES A. RAMOS		1	1406,92	R\$ 4.299,23

RICARDO JOSÉ L. BATISTA	1		R\$ 2.500,00	R\$ 0,00
RUI DE SOUZA CHAVES	8	8	R\$ 18.309,66	R\$ 26.372,88
SALOMÃO PEREZ ELGLABY	2		R\$ 10.106,90	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>132</b>	<b>94</b>	<b>R\$ 312.801,29</b>	<b>R\$ 265.107,48</b>

Fonte: Fonte: Siscont , Siscont.net, livro razão da rubrica Pousada e alimentação Conselheiros.

## 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### Orçamento

O valor inicial do orçamento aprovado para ano de 2014 era da ordem de R\$ 19.813.553,00. Porém, em meados de outubro foi realizada Reformulação Orçamentária, em consideração aos fatores externos de recessão do Brasil, e a necessidade de cumprir uma gestão prudente quanto à observação das projeções em consonância ao controle e parcimônia nos gastos públicos até o final da gestão.

Por fim, o orçamento de 2014 finalizou exercício com o valor de R\$ 17.850.665,15 (dezesete milhões oitocentos e cinquenta mil seiscentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos).

#### 4.1. Demonstração da receita

##### 4.1.1. Origem das receitas

O QUADRO 16 – ORIGEM DAS RECEITAS consta no Capítulo 9. ANEXOS devido ao seu tamanho.

Observando os dados apresentados, destacamos que a Receita com contribuições – Anuidades - atingiram R\$ 7.596.288,43 (sete milhões, quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e três centavos), representando 43% da receita total arrecada, seguida de R\$ 4.646.800,22 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, oitocentos reais e vinte e dois centavos) de arrecadação com taxas de ART, representando 26% do total arrecadado.

Sendo assim, a demonstração acima representa que a principal fonte de arrecadação é a receita de anuidades recebidas dos profissionais e empresas. Esse fator se torna um reflexo ligado à proporção díspare dos valores de Anuidades em comparado às taxas de Anotação de Responsabilidade Técnica (que representam o cumprimento da missão do Conselho pela atuação da fiscalização profissional diante da sociedade).

##### 4.1.2. Previsão e arrecadação por natureza

No quadro abaixo, verifica-se que foi arrecadado 100% do valor orçado para o exercício.

Situação em 31/12/2014

QUADRO 17 – NATUREZA DA RECEITA			
CÓDIGO	FONTE DE RECEITA	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO
6.2.1.2.1	RECEITA CORRENTE	R\$ 15.850.665,15	R\$ 15.826.477,70
6.2.1.2.1.01	RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 4.343.704,00	R\$ 4.646.800,22
6.2.1.2.1.02	RECEITAS DE CONTRIBUICOES	R\$ 9.143.721,15	R\$ 7.596.288,43
6.2.1.2.1.03	COTA PARTE	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.04	RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 5.500,00	R\$ 255,00
6.2.1.2.1.05	RECEITA DE SERVICOS	R\$ 777.240,00	R\$ 593.303,94
6.2.1.2.1.06	FINANCEIRAS	R\$ 435.000,00	R\$ 600.647,77
6.2.1.2.1.07	TRANSFERENCIAS CORRENTES	R\$ 800.000,00	R\$ 804.827,37
6.2.1.2.1.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 345.500,00	R\$ 1.584.354,97
6.2.1.2.2	RECEITA DE CAPITAL	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
6.2.1.2.2.01	OPERAÇÕES DE CREDITO	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.2.02	ALIENACAO DE BENS	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.2.03	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.2.04	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.2.05	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.2.06	SALDO DE EXERCICIOS	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00

Vale destacar na receita de contribuições, que a arrecadação representou 83% do valor orçado para essa rubrica.

<b>QUADRO 18 - FORMA DE PARTILHA DA RECEITA</b>				
<b>CÓDIGO</b>	<b>FONTE DE RECEITA</b>	<b>RECEITA BRUTA ARRECADADA</b>	<b>COTA PARTE REPASSADA</b>	<b>COTA PARTE A REPASSAR</b>
6.2.1.2.1	RECEITA CORRENTE	R\$ 19.365.901,65	R\$ 3.756.755,36	R\$ -
6.2.1.2.1.01	RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 6.833.529,74	R\$ 2.186.729,52	R\$ -
6.2.1.2.1.02	RECEITAS DE CONTRIBUICOES	R\$ 8.936.809,92	R\$ 1.340.521,49	R\$ -
6.2.1.2.1.03	COTA PARTE	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.04	RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 255,00	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.05	RECEITA DE SERVICOS	R\$ 698.004,64	R\$ 104.700,70	R\$ -
6.2.1.2.1.06	FINANCEIRAS	R\$ 611.716,12	R\$ 61.531,56	R\$ -
6.2.1.2.1.07	TRANSFERENCIAS CORRENTES	R\$ 804.827,37	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.480.758,88	R\$ 63.272,11	R\$ -
6.2.1.2.2	RECEITA DE CAPITAL	R\$ 2.000.000,00	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.2.01	OPERAÇÕES DE CREDITO	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.2.02	ALIENACAO DE BENS	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.2.03	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.2.04	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.2.05	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.2.06	SALDO DE EXERCICIOS	R\$ 2.000.000,00	R\$ -	R\$ -
<b>Cota Parte a Repassar - Confea</b>				<b>R\$ -</b>
<b>Cota Parte a Repassar - Mutua</b>				<b>R\$ -</b>

Da receita bruta arrecadada no exercício, temos a seguinte distribuição de acordo com a Lei 5.194/66:

Da receita de ART- 20% é destinada a MUTUA Caixa de Assistência dos Profissionais do Sistema e 12% para o Conselho Federal-CONFEA.

As demais receitas, com exceção de Receitas Patrimoniais e Transferências Correntes, são destinadas 15% para o CONFEA.

Desde meados de 2008 a partição da receita junto aos demais órgãos do Sistema CONFEA-CREA é realizada na fonte, ou seja, durante o ato do pagamento dos boletos a receita correspondente ao percentual acima assinalado vai diretamente aos cofres desses órgãos. As receitas as quais ainda são necessários realizar o cálculo em separado para repasse de cotas são depósitos diversos realizados em caráter extraordinário na conta movimento do Conselho oriundos das negociações de Processos de Dívida Ativa Administrativa realizadas pela Câmara de Arbitragem – COMAPA.

#### **4.2. Desempenho da execução orçamentária e financeira**

A despesa realizada teve um crescimento de 39% de 2013 para 2014, das quais 47% representam as despesas com pessoal e encargos (dentre o total de despesas 2014).

#### 4.2.1. Comparação da despesa entre os três últimos exercícios

QUADRO 19 – COMPARATIVO DA DESPESA ENTRE OS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS							
Demonstrativo Sintético da Despesa							
Código	Natureza	Exercício de 2012		Exercício de 2013		Exercício de 2014	
		Orçado	Executado	Orçado	Executado	Orçado	Executado
6.2.2.1.1.01	DESPESA CORRENTE	R\$14.128.216,65	R\$ 10.574.811,95	R\$13.503.882,92	R\$ 11.732.068,48	R\$ 14.347.456,68	R\$13.365.979,39
6.2.2.1.1.01.01	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 6.029.433,01	R\$ 6.006.262,60	R\$ 7.622.599,71	R\$ 6.880.740,06	R\$ 7.921.387,61	R\$7.905.748,57
6.2.2.1.1.01.03	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.000,00	R\$ 840,28	R\$ 400,00	R\$ 395,33
6.2.2.1.1.01.04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 4.408.919,27	R\$ 3.927.197,63	R\$ 4.714.798,25	R\$ 3.972.789,01	R\$ 5.195.101,83	R\$4.748.713,55
6.2.2.1.1.01.05	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ -	R\$ -	R\$ 23.000,00	R\$ 3.647,53	R\$ 13.000,00	R\$8.193,45
6.2.2.1.1.01.06	DEMAIS DESPESAS CORRENTES	R\$ 85.774,89	R\$ 84.688,89	R\$ 260.544,93	R\$ 192.926,98	R\$ 268.888,70	R\$ 263.030,36
6.2.2.1.1.01.07	SERVIÇOS BANCÁRIOS	R\$ 183.800,00	R\$ 174.750,14	R\$ 640.000,00	R\$ 468.602,75	R\$ 762.625,84	R\$ 265.322,46
6.2.2.1.1.01.08	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 420.289,48	R\$ 381.912,69	R\$ 237.940,03	R\$ 212.521,87	R\$ 186.052,70	R\$ 174.575,67
6.2.2.1.1.01.09	RESERVAS	R\$ 3.000.000,00	R\$ -				
6.2.2.1.1.02	DESPESA DE CAPITAL	R\$ 369.000,00	R\$ 210.540,11	R\$ 1.490.120,08	R\$378.353,83	R\$ 3.503.208,47	R\$ 3.475.279,73
6.2.2.1.1.02.01	INVESTIMENTOS	R\$ 349.000,00	R\$ 199.380,11	R\$ 1.190.120,08	R\$ 78.353,83	R\$ 3.200.408,47	R\$3.175.279,73
6.2.2.1.3.01.03	INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ 20.000,00	R\$ 11.160,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.2.1.3.01.04	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ -	R\$ -	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 302.800,00	R\$ 300.000,00
6.2.2.1.3.01.06	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -				

Em relação à comparação de despesas executadas, caracterizamos o acréscimo elevado em razão dos altos investimentos realizados neste ano da gestão do triênio.

#### 4.2.2. Execução das despesas por natureza e elementos de despesa

QUADRO 20 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR NATUREZA E ELEMENTO DE DESPESA				
CÓDIGO	EXECUÇÃO DA DESPESA	FIXADO	EXECUTADO	%
<b>6.2.2.1.1.01</b>	<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>R\$ 14.347.456,68</b>	<b>R\$ 13.365.979,39</b>	<b>93%</b>
6.2.2.1.1.01.01	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 7.921.387,61	R\$ 7.905.748,57	100%
6.2.2.1.1.01.03	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 400,00	R\$ 395,33	99%
6.2.2.1.1.01.04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 5.195.101,83	R\$ 4.748.713,55	91%
6.2.2.1.1.01.05	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ 13.000,00	R\$ 8.193,45	63%
6.2.2.1.1.01.06	DEMAIS DESPESAS CORRENTES	R\$ 268.888,70	R\$ 263.030,36	98%
6.2.2.1.1.01.07	SERVIÇOS BANCÁRIOS	R\$ 762.625,84	R\$ 265.322,46	35%
6.2.2.1.1.01.08	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 186.052,70	R\$ 174.575,67	94%
6.2.2.1.1.01.09	RESERVAS			
<b>6.2.2.1.1.02</b>	<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 3.503.208,47</b>	<b>R\$ 3.475.279,73</b>	<b>99%</b>
6.2.2.1.1.02.01	INVESTIMENTOS	R\$ 3.200.408,47	R\$ 3.175.279,73	99%
6.2.2.1.3.01.03	INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ -	R\$ -	
6.2.2.1.3.01.04	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 302.800,00	R\$ 300.000,00	99%
6.2.2.1.3.01.06	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -	

O valor total de investimentos realizados no ano de 2014 foi de R\$ 3.175.279,73, sendo este 3952% superior ao executado em 2013.

### 4.2.3. Execução das despesas com contratação e pessoal

<b>QUADRO 21 - DESPESAS COM CONTRATAÇÃO E COM PESSOAL</b>				
<b>Modalidade de Contratação</b>	<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa Paga</b>	
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>799.682,90</b>	<b>1.118.217,55</b>	<b>799.682,90</b>	<b>1.170.805,31</b>
a) Convite				52.587,76
b) Tomada de Preços		163.650,79		163.650,79
c) Concorrência				
d) Pregão	799.682,90	954.566,76	799.682,90	954.566,76
e) Concurso				
f) Consulta				
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>3.879.181,25</b>	<b>3.204.919,11</b>	<b>3.879.181,25</b>	<b>3.205.574,95</b>
g) Dispensa	3.855.239,21	2.365.971,66	3.855.239,21	2.366.627,50
h) Inexigibilidade	23.942,04	838.947,45	23.942,04	838.947,45
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>145.718,10</b>	<b>162.064,05</b>	<b>145.718,10</b>	<b>162.064,05</b>
i) Suprimento de Fundos	145.718,10	162.064,05	145.718,10	162.064,05
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>7.285.840,06</b>	<b>8.339.926,37</b>	<b>7.285.840,06</b>	<b>8.339.926,37</b>
j) Pagamento em Folha	6.880.740,06	7.905.748,57	6.880.740,06	7.905.748,57
k) Diárias	405.100,00	434.177,80	405.100,00	434.177,80
<b>5. Outros</b>		<b>4.016.132,04</b>		<b>4.016.132,04</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>12.110.422,31</b>	<b>16.841.259,12</b>	<b>12.110.422,31</b>	<b>16.894.502,72</b>

Fonte: SISCONT e SISCONT.NET- Demonstrativo da Receita exercícios de 2013 e 2014

As contratações diretas referem-se especificamente as despesas de água, energia e diversos serviços essenciais a manutenção das atividades operacionais da sede e das 23 inspetorias distribuídas no estado.

A linha que indica Outros tipos de contratação (5) apresenta em seu detalhamento o valor representativo de R\$ 4.016.132,04, dentre os quais destacamos R\$ 1.108.390,00 de veículos; R\$ 1.357.498,43 de mobiliário em geral; R\$ 611.680,30 em máquinas, motores e aparelhos; R\$ 52.587,76 de Plano de Saúde, adquiridos através de Adesões a Atas de Registro de Preço de outros órgãos federais, com base no art. 22 Decreto 7.892 de 23/01/2013.

#### 4.2.4. Demonstração e análise de indicadores de desempenho orçamentário e financeiro

<b>QUADRO 22 - DEMONSTRAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO</b>					
<b>DESEMPENHO FINANCEIRO</b>					
<b>Indicadores</b>		<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Média da Variação (%)</b>
<b>Despesa Pública</b>	Gastos com Pessoal na Despesa	52,15	56,81	46,94	51,97
	Investimentos nas áreas meio			8,65	8,65
<b>DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO</b>					
<b>Indicadores</b>		<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Média da Variação (%)</b>
<b>Balanço Orçamentário</b>	Execução da Receita	0,81	0,92	1,00	0,91
	Execução da Despesa	0,74	0,81	0,94	0,83
	Resultado Orçamentário	1,09	1,14	1,06	1,10
<b>Balanço Financeiro</b>	Execução Financeira	1,01	1,04	1,00	1,02
<b>Balanço Patrimonial</b>	Situação Financeira	1,93	7,52	1,07	3,51
	Resultado Patrimonial	5,66	12,23	22,75	13,55
	Situação Permanente	8,69	17,48	-	8,72
<b>Variações Patrimoniais</b>	Resultado das Variações Patrimoniais	1,04	1,17	1,31	1,17

Pelos indicadores financeiros acima indicados podemos destacar os seguintes pontos de análise:

✓ Apesar das despesas com pessoal representarem um percentual acima de 46% do total de despesas totais dispendidas, há um esforço relevante dos dirigentes para enquadramento do percentual estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mesmo o Regional não sendo obrigado a cumprir tal legislação, segundo entendimento do TCU;

✓ Dentre os números levantados em anos anteriores, alguns dos investimentos realizados em 2014 passaram a ter por finalidade a estruturação da área meio do CREA, de onde podemos destacar com maior relevância a aquisição de novo mobiliário para todos os setores da sede reestruturação da Seção de documentação;

Pelos indicadores orçamentários acima indicados podemos destacar os seguintes pontos de análise:

✓ Conseguimos observar que as representações dos números avaliados no balanço orçamentário demonstram a existência de superávit e o cumprimento das execuções de acordo com a projeção;

✓ Pelos números obtidos através do balanço financeiro verificamos a existência de superávit financeiro, ainda demonstrando o saldo disponível para o exercício seguinte; Os números apontados pelo Balanço Patrimonial apontamos novamente a existência de superávit financeiro, atendendo a determinação legal, inserida no § 2º, do art. 43, da Lei nº 4.320/64, indicando inclusive o grau de excesso de recursos financeiros capazes de satisfazer as obrigações financeiras de curto prazo. Verifica-se também a existência de superávit patrimonial, pois a indica que a soma dos bens, créditos e valores realizáveis é superior à soma dos compromissos exigíveis mais as dívidas fundadas.

✓ Pelo Demonstrativo das Variações Patrimoniais vemos que a variação sofrida pela área patrimonial havendo mais incorporação de bens, créditos, valores e baixas da dívida fundada do que baixa de bens, créditos, valores e incorporação de dívida fundada, representando mais uma vez o resultado patrimonial.

#### 4.2.5. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

O quadro baixo demonstra os valores inscritos e pagos em restos a pagar no exercício de 2014. Indicamos que o Crea-PA possui como hábito a quitação total de Restos a Pagar inscritos no exercício imediatamente posterior, não restando saldos existentes como demonstrado abaixo.

<b>QUADRO 23 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>				
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2014</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2014</b>
2014	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2013	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2012	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2014</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2014</b>
2014	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 96.914,21
2013	R\$ 134.482,33	R\$ 134.482,33	R\$ -	R\$ -
2012	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

#### 4.3. Informação sobre as transferências de recursos

O CREA-PA utiliza as Resoluções 1032/2011, e DN 86/ 2011 do CONFEA para repassar recursos às entidades. A legislação pertinente foi normatizada pelo Manual de Repasse as Entidades de Classes e Instituições de Ensino registradas no CREA-PA.

##### 4.3.1. Visão geral dos instrumentos de transferência de recursos celebrados

Em 2013 os repasses efetuados as entidades de classe totalizam em R\$ 44.950,00 (setenta e um mil novecentos e trinta reais), conforme relacionamos abaixo.

Situação em 31/12/2014

<b>QUADRO 24 - VISÃO GERAL DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS CELEBRADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS</b>									
<b>Fonte de Recursos</b>	<b>Quantitativo de Convênios Celebrados</b>			<b>Quantitativo de Entidades Beneficiadas</b>			<b>Recursos Conveniados</b>		
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Resoluções nº 1.030/2011 e 1.031/2011 - Prodesu	0	5	4	0	5	3	R\$ 0,00	R\$ 56.930,00	R\$ 44.950,00

Resolução nº 1.032/2011 - Apoio à Fiscalização e ao Aperfeiçoamento Profissional	7	0	0	3	0	0	R\$ 18.454,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Decisões Plenárias - Outras fontes de recursos	3	4	2	2	3	2	R\$ 10.772,00	R\$ 20.000,00	R\$ 4.950,00

Fonte: Relatório de informações prestadas pela Coordenadoria de Licitações e Contratos.

#### 4.3.2. Demonstração das transferências de recursos realizadas no exercício de referência

Situação em 31/12/2014

QUADRO 25 - CARACTERIZAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA										
Nome do Beneficiário	Nº do processo	Nº do inst	Linha de investimento	Recursos Conveniados (R\$)	Contra partida (R\$)	Recursos Repassados		Vigência		Sit.
						No Exercício (R\$)	Acumulado até o Exercício (R\$)	Início	Fim	
CLUBE DE ENGENHARIA DO PARÁ - CEP	24910/2014	SN	Res. 1053/2014 – Outras Fontes de Recurso	R\$ 3.150,00	INSTIT	R\$ 3.150,00	R\$ 3.150,00	07/05/2014	31/06/2014	3
	226172/2014	SN	RES. 1030/2011 / PRODESU	R\$ 20.000,00	INSTIT	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	27/06/2014	31/12/2014	3
Total Entidade 1				R\$ 23.150,00	INSTIT	R\$ 23.150,00	R\$ 23.150,00			
SINDICATO DOS ENGENHEIROS – SENGE	224415/2014	SN	Res. 1053/2014 – Outras Fontes de Recurso	R\$ 1.800,00	INSTIT	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	19/05/2014	31/06/2014	3
Total Entidade 2				R\$ 1.800,00	INSTIT	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00			
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DE SEG TRABALHO - AEST	226172/2014	SN	RES. 1030/2011 / PRODESU	R\$ 20.000,00	INSTIT	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	27/06/2014	31/12/2014	3
Total Entidade 3				R\$ 20.000,00	INSTIT	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00			
<b>Total</b>				<b>R\$ 44.950,00</b>	<b>INSTIT</b>	<b>R\$ 44.950,00</b>	<b>R\$ 44.950,00</b>			

#### LEGENDA:

##### Situação da Transferência:

- 1 - Instrumento em execução - transferência concluída
- 2 - Instrumento em execução - transferência pendente
- 3 - Instrumento concluído - transferência concluída
- 4 - Instrumento concluído - transferência pendente
- 5 - Instrumento rescindido

#### 4.3.3. Demonstração da prestação de contas sobre transferências de recursos realizadas

QUADRO 26 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS			
Exercício da Prestação das Contas	Situação da Prestação de Contas	Quantidade de Instrumentos	Recursos Repassados
2014	Contas Prestadas	4	<b>44.950,00</b>
	Contas NÃO Prestadas	0	
2013	Contas Prestadas	6	<b>100.930,00</b>
	Contas NÃO Prestadas	3	
2012	Contas Prestadas	4	<b>28.106,63</b>
	Contas NÃO Prestadas	0	0

Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	0	0
-------------------	----------------------	---	---

<b>QUADRO 27 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS</b>				
<b>Exercício da Prestação das Contas</b>	<b>Quantitativos e Montantes Repassados</b>			<b>Instrumentos</b>
<b>2014</b>	Quantidade de Contas Prestadas			<b>0</b>
	Com Prazo de Análise ainda <b>não Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	<b>0</b>
			Quantidade Reprovada	<b>0</b>
			Quantidade de TCE	<b>0</b>
			Montante Repassado (R\$)	<b>0</b>
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		<b>4</b>
		Montante Repassado (R\$)		<b>44.950,00</b>
	Com Prazo de Análise <b>Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	<b>0</b>
			Quantidade Reprovada	<b>0</b>
			Quantidade de TCE	<b>0</b>
Montante Repassado (R\$)			<b>0</b>	
Contas NÃO Analisadas		Quantidade		<b>0</b>
		Montante Repassado (R\$)		<b>0</b>
<b>2013</b>	Quantidade de contas prestadas			<b>9</b>
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		<b>9</b>
		Quantidade Reprovada		<b>0</b>
		Quantidade de TCE		<b>0</b>
		Montante repassado		<b>100.930,00</b>
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		<b>0</b>
		Montante repassado (R\$)		<b>0</b>
<b>2012</b>	Quantidade de Contas Prestadas			<b>4</b>
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		<b>4</b>
		Quantidade Reprovada		<b>0</b>
		Quantidade de TCE		<b>0</b>
		Montante Repassado		<b>28.106,63</b>
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		<b>0</b>
		Montante Repassado		<b>0</b>
<b>Exercício Anterior a 2012</b>	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		<b>0</b>
		Montante Repassado		<b>0</b>

Fonte: Relatório da Controladoria

## 5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

### 5.1. Demonstração da força de trabalho

QUADRO 28 - FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA								
Natureza do vínculo do empregado	Em Exercício					Cedidos	Quadro de Pessoal Real	Quadro de Pessoal Autorizado
	Cargos sem Função ou Comissão	Cargos de Livre Provisão						
		Chefe de Seção	Gerente	Coordenador	Assessor			
1. Empregados ocupantes de cargos de carreira							0	
1.1. Aprendiz	5						5	
1.2. AGENTE DE FISCALIZACAO	27		2	1			30	
1.3. ANALISTA	5		1	3	3		12	
1.4. AUX. ADM.	3	1					4	
1.5. AUX.SERV.GERAIS	3						3	
1.6. AUXILIAR ADM MOTORISTA	1						1	
1.7. AUXILIAR TECNICO	52	4	8	2	2		68	
1.8. MOTORISTA	2						2	
1.9. SUPERINTENDENTE					1		1	
1.10. Não regidos pelo PCCS vigente	5						5	
2. Empregados ocupantes de cargos em comissão	1		1	3			5	
3. Empregados com contrato temporário	3						3	
4. Empregados requisitados de outros órgãos							0	
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>5</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>139</b>	<b>0</b>

### 5.2. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 29 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA ENTIDADE	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Licença Remunerada</b>	0
<b>3. Licença não Remunerada</b>	5
<b>4. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	0
<b>5. Total de Empregados Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5)</b>	<b>5</b>

Fonte: Relatório de levantamento da GRH.

### 5.3. Custo de pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 30- CUSTOS DE PESSOAL NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS										
Tipo de Vínculo do Empregado	ANO	Remuneração Básica e Fixa	Gratificação de Função de Confiança e de Cargos Comissionados	Despesas Variáveis				Encargos e Impostos	Decisões Judiciais	Total por Tipo de Vínculo do Empregado
				Verbas Indenizatórias	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Diárias, Ajuda de Custo e Auxílio Deslocamento	Demais Despesas Variáveis			
Empregados de Carreira										
Exerc	2014	4.885.002,79	687.804,39	1.024.471,44	250.586,61	436.302,80		1.741.295,83	382.074,24	9.407.538,10
	2013	4.823.318,32	407.677,62	671.042,47	222.438,82	405.100,00	0,00	1.557.733,96	0,00	8.087.311,19
	2012	4.190.337,45	316.604,18	588.767,55	164.607,22	385.360,00	0,00	1.409.979,38	0,00	7.055.655,78
Empregados Ocupantes de Cargos em Comissão										
Exerc	2014	0,00	0,00		0,00	0,00				0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
Empregados com contratos temporários										
Exerc	2014	140.040,33	0,00	16.255,00	0,00	750,00		69.530,99		226.576,32
	2013	50.294,16	0,00	0,00	0,00		0,00	41.716,00		92.010,16
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00			0,00
Empregados em gozo de Licença										
Exerc	2014	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
Empregados Cedidos com Ônus										
Exerc	2014	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
Empregados que aderiram ao PDV/PDI										
Exerc	2014	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
Aposentados ou Pensionistas pelo Regime Jurídico Único (RJU)										
Exerc	2014	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
<b>Total por Tipo de Despesa</b>										
Exerc	2014	5.025.043,12	687.804,39	1.040.726,44	250.586,61	437.052,80	0,00	1.810.826,82	382.074,24	9.634.114,42
	2013	4.873.612,48	407.677,62	671.042,47	222.438,82	405.100,00	0,00	1.599.449,96	0,00	8.179.321,35
	2012	4.190.337,45	316.604,18	588.767,55	164.607,22	385.360,00	0,00	1.409.979,38	0,00	7.055.655,78

### 5.4. Qualificação da força de trabalho de acordo com a idade

Definem-se neste relatório que as funções gratificadas são aquelas ocupadas por funcionários de cargos efetivos nas funções de direção e assessoramento de acordo com o PCCS vigente, já os Cargos em Comissão são aqueles ocupados por pessoa fora do quadro efetivo do Regional, de livre provimento e exoneração, a critério da Presidência. Assim no quadro a seguir apresentamos a disposição de ambos os casos na estrutura do Regional.

<b>QUADRO 31- FORÇA DE TRABALHO POR FAIXA ETÁRIA</b>						
Natureza do Vínculo do Empregado	Quantidade de Empregados por Faixa Etária					Total por Natureza do Vínculo do Empregado
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos	
1. Empregados ocupantes de cargos de carreira						
1.1. Aprendiz	5					5
1.2. AGENTE DE FISCALIZACAO	4	17	6	3		30
1.3. ANALISTA	2	4	4	1	1	12
1.4. AUX. ADM.		2	2			4
1.5. AUX.SERV.GERAIS			2	1		3
1.6. AUXILIAR ADM MOTORISTA	1					1
1.7. AUXILIAR TECNICO	14	21	23	8	4	70
1.8. MOTORISTA					2	2
1.9. SUPERINTENDENTE			1			1
1.10. Não regidos pelo PCCS vigente	1	1	1	1	1	5
2. Empregados ocupantes de cargos em comissão		3	2	1		6
3. Empregados com contrato temporário						0
4. Empregados requisitados de outros órgãos						0
<b>Total por Faixa Etária</b>	<b>27</b>	<b>48</b>	<b>41</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>139</b>

Fonte: Relatório de levantamento da GRH

### 5.5. Qualificação da força de trabalho de acordo com o nível de escolaridade

Situação em 31/12/2014

<b>QUADRO 32 – FORÇA DE TRABALHO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE</b>									
Natureza do Vínculo do Empregado	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								Total por Natureza do Vínculo do Empregado
	1	2	3	4	5	6	7	8	
1. Empregados em cargos de carreira									
1.1. Aprendiz	0	2	3						5
1.2. AGENTE DE FISCALIZACAO	0	0		18	12				30
1.3. ANALISTA	0	0			11		1		12
1.4. AUX. ADM.	0	0		4					4
1.5. AUX.SERV.GERAIS	0	0	3						3
1.6. AUXILIAR ADM MOTORISTA	0	0		1					1
1.7. AUXILIAR TECNICO	0	0		23	45				68
1.8. MOTORISTA	0	0	1	1					2
1.9. SUPERINTENDENTE	0	0			1				1
1.10. Não regidos pelo PCCS vigente	0	0		1	4				5
2. Empregados ocupantes de cargos em comissão	0	0			5				5
3. Empregados com contrato temporário	0	0		3					3
4. Empregados requisitados de outros órgãos	0	0							0
<b>Total por Nível de Escolaridade</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>51</b>	<b>78</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>139</b>

**LEGENDA:**

**Nível de Escolaridade:** 1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado; 3 – Nível Fundamental; 4 – Nível Médio; 5 – Nível Superior; 6 – Especialização; 7 – Mestrado; 8 – Doutorado

Fonte: Relatório de levantamento da Gerência de RH

### 5.6. Demonstração da composição do quadro de estagiários

QUADRO 33 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					
1.1 Área Fim	2	2	2	2	R\$ 10.573,25
1.2 Área Meio	15	13	10	9	R\$ 79.399,77
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim	2	2	2	2	R\$ 28.353,40
2.2 Área Meio	10	11	13	12	R\$ 4.816,68
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>29</b>	<b>28</b>	<b>27</b>	<b>25</b>	<b>R\$ 123.143,10</b>

Fonte: Relatório de levantamentos da Gerência de RH

### 5.7. Processo de ingresso de empregados na Unidade Jurisdicionada

QUADRO 34- EMPREGADOS CONTRATADOS E DEDITIDOS NO EXERCÍCIO		
Natureza do vínculo do empregado	Contratados no Exercício	Demitidos no Exercício
1. Empregados ocupantes de cargos de carreira		
1.1. Aprendiz	4	3
1.2. Auxiliar Técnico	8	3
1.3. Aux Adm Motorista	1	0
1.4. Analista Tecn/Arquiteta	0	1
1.5. Agente de Fiscalização	0	2
1.6. Não regidos pelo PCCS vigente	0	0
2. Empregados ocupantes de cargos em comissão	3	0
3. Empregados com contrato temporário	3	6
4. Empregados requisitados de outros órgãos	0	0
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>15</b>

Fonte: Relatório de levantamento da GRH

### 5.8. Desoneração na folha de pagamento

Não se aplica para o exercício em apresentação.

### 5.9. Demonstração da prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

QUADRO 35 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato/Processo Administrativo	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.

			tivo				F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	14226/2009	13.258.951/0001-07	01/05/2012	31/12/2015		1		4			P
2011	V	O	12553/2011	05.742.568/0001-00	01/01/2012	31/12/2015		1		3			P

**Observações:** Os dois contratos informados não prevêem o nível de escolaridade dos funcionários, no entanto, estipulam a quantidade.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Relatório de informações prestadas pela Coordenadoria de Licitações e Contratos.

**5.10. Demonstração da prestação de serviços com locação de mão de obra**

**QUADRO 36 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	11	O	060929999	61.600.839/0001-55	20/04/2006			3		3			A

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
12. Outras.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**OBS:**a) A informação acima trata na verdade de um Convênio firmado com o CIEE para contratação de menores aprendizes, com prazo de vigência indeterminada e que prevê a formação de um grupo igual ou maior que 10 (dez) aprendizes, sendo efetivamente 5 aprendizes contratados em 2013, todos de nível médio.

b) Os serviços de segurança e de copeiragem já foram informados no Quadro 29.

Fonte: Relatório de informações prestadas pela Coordenadoria de Licitações e Contratos.

## 6. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

### 6.1. Recomendações do TCU

No período em referência, não houve auditoria do TCU no órgão.

#### 6.1.1. Demonstração das deliberações do TCU atendidas no exercício

No período em referência, não houve auditoria do TCU no órgão.

<b>QUADRO 37 - DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
<b>Órgão/Entidade Objeto da Deliberação</b>					
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Item 1:					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					
Item 1:					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Item 1:					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Item 1:					
<b>Análise Crítica</b>					
Item 1:					

Fonte: NÃO SE APLICA AO EXERCÍCIO

#### 6.1.2. Demonstração das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

No período em referência, não houve auditoria do TCU no órgão.

Situação em 31/12/2014

<b>QUADRO 38 - DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
<b>Órgão/Entidade Objeto da Deliberação</b>					
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Item 1:					
<b>Justificativa Apresentada para seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					
Item 1:					
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>					
Item 1:					
<b>Análise Crítica</b>					
Item 1:					

Fonte: NÃO SE APLICA AO EXERCÍCIO

## 6.2. Apuração de responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário

Situação em 31/12/2014

<b>QUADRO 39 - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIAS DE DANO AO ERÁRIO</b>	
<b>Tipologia de fatos de dano ao erário</b>	<b>Quantidade</b>
1. Fatos que foram objeto de medidas administrativas internas	0
2. Fatos em apuração com elevado potencial de se converterem em TCE	0
3. Fatos cuja instauração de TCE foi dispensada	0
4. TCEs instauradas	0
4.1. Remetidas ao TCU	0
4.2. Não remetidas ao TCU	0

Fonte: Relatório de informações da Controladoria.

## **7. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

Dentro dessa área de atuação, as rotinas procedimentais direcionam-se especificamente ao controle da operacionalização do Conselho como um todo, sendo de suma importância o acompanhamento imediato dos valores arrecadados em comparado aos dispêndios exigidos para custeio – Receita x Despesa, e abertura de possibilidades para realização de investimentos objetivando continuamente as metas propostas pela gestão.

### **7.1. Adequação às normas contábeis aplicadas ao setor público**

Indicamos que durante o exercício de 2014 obedecemos às normas contábeis aplicáveis ao setor público, segunda legislação específica dirimida pela Secretaria do Tesouro Nacional E Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil, em caráter geral, da depreciação dos itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos do CREA-PA.

Como não foram definidos os percentuais e estimativas de vida útil a serem aplicados no setor público federal, segundo orientações do Tesouro Nacional, tomamos para o CREA-PA a possibilidade de utilização das taxas de depreciação definidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, utilizadas pelas empresas privadas, na metodologia adotada pó este Regional.

Pelas avaliações dos registros contábeis existentes no CREA-PA, observamos que o novo Plano de Contas padrão normatizado através da Resolução nº 1026 do Confea, foi efetivamente utilizado, desde a concepção orçamentária do exercício ainda em 2012, seguindo a obrigatoriedade do Sistema.

Em consonância à Portaria STN nº 828/2011, e demais alterações, objetivamos cumprir a adoção do regime de competência para o sistema de contabilização. Durante o exercício de 2014 a metodologia foi adotada de maneira eficaz na contabilização dos atos do Regional.

Apesar a implantação do novo sistema corporativo de manipulação das informações técnico-administrativas – SITAC- ainda não conseguimos integrar as informações para contabilização automática das receitas do CREA-PA, inclusive quanto as previsões de receita pela geração de boletos do sistema.

### **7.2. Demonstrações contábeis**

Após visualização dos Demonstrativos Contábeis obrigatórios, apresentamos, assim, os dados financeiros obtidos através da análise de balanços realizada pela contabilidade:

a) O valor do orçamento aprovado para ano de 2014 era da ordem de R\$ 19.813.553,00. Em meados de outubro foi realizada Reformulação Orçamentária, passando o mesmo ao valor de R\$17.850.665,15.

b) Durante o exercício foi prevista arrecadação total dos recursos em receitas correntes e o resgate orçamentário dos superávits de anos anteriores para abertura de créditos, no valor de R\$ 2.000.000,00. Após finalização do período verificamos a entrada de recursos no valor de R\$ 17.826.477,70. Essa execução representa 100% do valor orçado, demonstrando um acréscimo de 29% comparado ao ano de 2013.

c) Destacamos que as anuidades atingiram R\$ 7.596.288,43 representando 43% da receita, seguido de R\$ 4.646.800,22 de arrecadação com taxas de ART, representando 26% do total arrecadado.

d) Em relação à comparação de despesas executadas, houve acréscimo de 39% em relação ao ano anterior, correspondendo ao montante de R\$ 16.841.259,12 em 2014. Esse acréscimo se deu por conta dos altos investimentos realizados neste ano da gestão do triênio. Do valor total de despesas, R\$ 96.914,21 foram inscritos em Restos a Pagar.

e) O total de investimentos realizados no ano de 2014 foi de R\$ 3.175.279,73, sendo este valor mais de 3.000% superior ao executado em 2013. Indicamos que ao longo do exercício foram adquiridos nas rubricas de Mobiliário: Estantes deslizantes SEDOC – R\$ 186.785,00, Mobiliário Sede – R\$ 1.165.985,43; na rubrica Máquinas e equipamentos: GPS Fiscalização – R\$ 53.375,00, Scanner – R\$ 74.340,00, Multifuncionais – R\$ 9.199,80, 60 Computadores e 75 Notebooks – R\$ 465.256,50; na rubrica Veículos – R\$ 1.108.390,00; e na rubrica de Softwares o Sistema SITAC – R\$ 70.558,00.

f) Reiteramos o esforço dos dirigentes no controle de gasto com pessoal que encerrou o ano de 2014 atingindo 44% da receita líquida (já computados os encargos sociais), ficando inferior ao limite de 60% determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pela análise geral dos demonstrativos contábeis o Conselho apresenta ao final do exercício de 2013 um superávit financeiro de R\$ 29.800,69, superávit orçamentário da ordem de R\$ 888.304,37, e superávit patrimonial de R\$ 4.253.539,04. Demonstra-se ainda um saldo financeiro para o exercício seguinte de R\$ 349.287,24.

### **7.3. Relatório da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis**

**NÃO HOUVE NO PERÍODO AUDITORIAS INDEPENDENTES NO ÓRGÃO.**

## 8. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 8.1. Canais de comunicação com o cidadão

A Ouvidoria, órgão setorial do Crea Pa, tem como atividades:

- a) *Receber, examinar e encaminhar as reclamações, sugestões, elogios e denúncias, referentes a procedimentos e ações de agentes, diretamente ligados ou subordinados às unidades administrativas do CREA-PA;*
- b) *Acompanhar as providências adotadas pelas unidades administrativas vinculadas ao Conselho Regional para a solução do problema;*
- c) *Acompanhar a instauração de procedimentos administrativos para exame técnico das questões e a adoção de medidas necessárias para a adequada prestação de serviço público, quando for o caso;*
- d) *Congregar e orientar tecnicamente a atuação das demais estruturas de representantes da ouvidoria nas inspetorias vinculadas ao CREA-PA;*
- e) *Organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas e elaborar pesquisas para monitoramento do nível de satisfação dos cidadãos, dando conhecimento as unidades envolvidas;*
- f) *Contribuir para a disseminação de formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação de serviços oferecidos pelo CREA-PA.*

No exercício de 2014 apresentou um total de 650 atendimentos via telefone, dos quais 56% foram pedidos de senha de acesso ao sistema corporativo, 9% de pedidos de informações de análises de ARTs, 8% de pedidos de informações sobre registros de Pessoa Física, 11% de pedidos de informações de vistos profissionais, 4% de pedidos de informações de registros de empresas, 2% de pedidos de informações de vistos de empresas e 144 de pedidos de informações diversas, além de 368 manifestações por e-mail, devidamente acompanhadas e respondidas, das quais 49% representaram reclamações (tempo de espera de serviços, atendimento telefônico, falta de informações para procedimentos em serviços oferecidos, etc.), 25% solicitações diversas (emissão de boletos, análise de ARTs, atualizações de endereços, etc.), 18% foram pedidos de informações, 5% foram denúncias (obras clandestinas e ética profissional) e 2% de elogios, dados completos no relatório da Ouvidoria anexo.

O tratamento das informações tanto prestadas, quanto solicitadas do Regional forma o arcabouço de parâmetros necessários para o conhecimento do diagnóstico geral das ações desenvolvidas, assim é de fundamental importância fortalecer essa busca pelo melhor uso desta ferramenta de gestão e por este motivo um projeto novo foi apresentado para a reestruturação da Unidade, o qual será objeto de definições no próximo exercício.

Além do canal da Ouvidoria o Crea PA conta com a CRI – Coordenadoria de Relações Institucionais que trabalha com elaboração de processos administrativos, termos de referências, solicitações de compras, solicitação de espaço físico do Conselho; apoio aos eventos realizados no Conselho por entidades e órgãos externos; gerência no processo de distribuição das Revistas do Crea-PA; gerência no layout e inserção de conteúdo no site do Crea-PA; gerência do serviço de Email Marketing; gerência do serviço Iagente envio de cartões do profissional e apoio às Comissões de Editorial e de Relações Públicas, cujas atividades que foram desenvolvidas constam no relatório do anexo xx.

Ainda nesse bojo a disponibilização das informações relativas ao Regional através do portal eletrônico e de solicitações formais, em atendimento à Lei Federal 12.527/2011, são praxes já realizadas pelo Crea PA.

## **8.2. Cumprimento das normas relativas à acessibilidade**

No âmbito do cumprimento das Normas de Acessibilidade o Crea PA já vem adequando ao longo dos anos diversas adaptações estruturais e procedimentais, como por exemplo a disponibilidade de elevadores e rampas de acesso ao prédio central, bem como rampas de acesso nas diversas Inspetorias espalhadas pelos municípios no estado.

Também no mesmo prisma as ARTs – Anotações de Responsabilidades Técnicas elaboradas pelos profissionais registrados no Regional possuem campo para identificação do cumprimento das normas nos serviços e obras realizadas por estes.

## **9. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO**

Não há outras informações relevantes.

## 10. ANEXOS

Situação em 31/12/2014

QUADRO 16 - ORIGEM DAS RECEITAS					
CÓDIGO	FONTE DE RECEITA	VALOR BRUTO	COTA PARTE CONFEA	COTA PARTE MÚTUA	VALOR ARRECADADO
6.2.1.2.1	RECEITA CORRENTE	R\$ 19.365.901,65	R\$ 2.390.049,41	R\$ 1.366.705,95	R\$ 15.826.477,70
6.2.1.2.1.01	RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 6.833.529,74	R\$ 820.023,57	R\$ 1.366.705,95	R\$ 4.646.800,22
6.2.1.2.1.01.01	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	R\$ 6.833.529,74	R\$ 820.023,57	R\$ 1.366.705,95	R\$ 4.646.800,22
6.2.1.2.1.01.01.01	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	R\$ 6.833.529,74	R\$ 820.023,57	R\$ 1.366.705,95	R\$ 4.646.800,22
6.2.1.2.1.02	RECEITAS DE CONTRIBUICOES	R\$ 8.936.809,92	R\$ 1.340.521,49	R\$ -	R\$ 7.596.288,43
6.2.1.2.1.02.01	ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	R\$ 5.719.363,79	R\$ 857.904,57	R\$ -	R\$ 4.861.459,22
6.2.1.2.1.02.01.01	PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	R\$ 4.931.839,21	R\$ 739.775,88	R\$ -	R\$ 4.192.063,33
6.2.1.2.1.02.01.02	PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ 787.524,58	R\$ 118.128,69	R\$ -	R\$ 669.395,89
6.2.1.2.1.02.02	ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	R\$ 3.217.446,13	R\$ 482.616,92	R\$ -	R\$ 2.734.829,21
6.2.1.2.1.02.02.01	PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	R\$ 2.992.155,16	R\$ 448.823,27	R\$ -	R\$ 2.543.331,89
6.2.1.2.1.02.02.02	PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ 225.290,96	R\$ 33.793,64	R\$ -	R\$ 191.497,32
6.2.1.2.1.03	COTA PARTE	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.01	Conselho Regional AC	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.02	Conselho Regional AL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.03	Conselho Regional AM	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.04	Conselho Regional AP	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.05	Conselho Regional BA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.06	Conselho Regional CE	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.07	Conselho Regional DF	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.08	Conselho Regional ES	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.09	Conselho Regional GO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.10	Conselho Regional MA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.11	Conselho Regional MG	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.12	Conselho Regional MS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.13	Conselho Regional MT	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.14	Conselho Regional PA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

6.2.1.2.1.03.15	Conselho Regional PB	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.16	Conselho Regional PE	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.17	Conselho Regional PI	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.18	Conselho Regional PR	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.19	Conselho Regional RJ	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.20	Conselho Regional RN	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.21	Conselho Regional RO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.22	Conselho Regional RR	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.23	Conselho Regional RS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.24	Conselho Regional SC	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.25	Conselho Regional SE	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.26	Conselho Regional SP	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.27	Conselho Regional TO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.03.28	Outros Créditos/Creas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>6.2.1.2.1.04</b>	<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>R\$ 255,00</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 255,00</b>
6.2.1.2.1.04.01	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	R\$ 255,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 255,00
<b>6.2.1.2.1.05</b>	<b>RECEITA DE SERVICOS</b>	<b>R\$ 698.004,64</b>	<b>R\$ 104.700,70</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 593.303,94</b>
6.2.1.2.1.05.01	EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	R\$ 362.184,89	R\$ 54.327,73	R\$ -	R\$ 307.857,16
6.2.1.2.1.05.02	EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	R\$ 175.004,66	R\$ 26.250,70	R\$ -	R\$ 148.753,96
6.2.1.2.1.05.03	EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	R\$ 160.815,08	R\$ 24.122,26	R\$ -	R\$ 136.692,82
6.2.1.2.1.05.04	EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
6.2.1.2.1.05.07	RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>6.2.1.2.1.06</b>	<b>FINANCEIRAS</b>	<b>R\$ 611.716,12</b>	<b>R\$ 61.531,56</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 600.647,77</b>
6.2.1.2.1.06.01	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.06.02	JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	R\$ 320.731,11	R\$ 48.109,67	R\$ -	R\$ 272.621,44
6.2.1.2.1.06.04	JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.06.05	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
6.2.1.2.1.06.05.01	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	R\$ 29.892,19	R\$ 4.483,83	R\$ -	R\$ 25.408,36

6.2.1.2.1.06.05.03	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.06.05.04	MULTAS SOBRE ANUIDADES	R\$ 59.587,09	R\$ 8.938,06	R\$ -	R\$ 50.649,03
6.2.1.2.1.06.05.07	REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 201.505,73	R\$ -	R\$ -	R\$ 251.968,94
<b>6.2.1.2.1.07</b>	<b>TRANSFERENCIAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 804.827,37</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 804.827,37</b>
6.2.1.2.1.07.01	Transferências Intragovernamentais	R\$ 804.827,37	R\$ -	R\$ -	R\$ 804.827,37
6.2.1.2.1.07.02	Transferências Intergovernamentais	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.07.03	Transferências de Inst. Privadas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.1.07.04	Transferências de Pessoas Físicas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>6.2.1.2.1.08</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 1.480.758,88</b>	<b>R\$ 63.272,11</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 1.584.354,97</b>
6.2.1.2.1.08.01	DÍVIDA ATIVA	R\$ 183.027,79	R\$ 27.454,17	R\$ -	R\$ 155.573,62
6.2.1.2.1.08.02	MULTAS DE INFRAÇÕES	R\$ 238.786,25	R\$ 35.817,94	R\$ -	R\$ 202.968,31
6.2.1.2.1.08.03	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 1.058.944,84	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.058.944,84
6.2.1.2.1.08.04	RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 166.868,20
<b>6.2.1.2.2</b>	<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 2.000.000,00</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 2.000.000,00</b>
<b>6.2.1.2.2.01</b>	<b>OPERAÇÕES DE CREDITO</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
6.2.1.2.2.01.01	EMPRESTIMOS TOMADOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>6.2.1.2.2.02</b>	<b>ALIENACAO DE BENS</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
6.2.1.2.2.02.01	ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.2.02.02	ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.2.02.03	ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>6.2.1.2.2.03</b>	<b>AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
6.2.1.2.2.03.01	Amortização de Empréstimo a Órgãos de Fisc. de Exercício	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2.1.2.2.03.02	OUTRAS AMORTIZACOES EMPREST. A ENTIDADES PUBLICAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>6.2.1.2.2.04</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
6.2.1.2.2.04.01	TRANSFERÊNCIAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>6.2.1.2.2.05</b>	<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>6.2.1.2.2.06</b>	<b>SALDO DE</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 2.000.000,00</b>

	<b>EXERCICIOS</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 21.365.901,65</b>	<b>R\$ 2.390.049,41</b>	<b>R\$ 1.366.705,95</b>	<b>R\$ 17.826.477,70</b>